



estudos internacionais

REVISTA DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS



estudos internacionais

REVISTA DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS



Pontifícia Universidade
Católica de Minas Gerais

**Programa de Pós-Graduação
em Relações Internacionais**

Belo Horizonte
ISSN: 2317-773X
v. 10 n. 3
outubro 2022

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS

Grão-Chanceler: Dom Walmor Oliveira de Azevedo

Reitor: Dom Joaquim Giovani Mol Guimarães

Assessor Especial da Reitoria: José Tarcísio Amorim

Chefe de Gabinete do Reitor: Paulo Roberto de Sousa

Pró-reitores: Extensão - Wanderley Chieppe Felipe; Gestão Financeira - Paulo Sérgio Gontijo do Carmo; Graduação - Maria Inês Martins; Logística e Infraestrutura - Rômulo Albertini Rigueira; Pesquisa e de Pós-graduação - Sérgio de Moraes Hanriot; Recursos Humanos - Sérgio Silveira Martins; Arcos - Jorge Sundermann; Barreiro - Renato Moreira Hadad; Betim - Eugênio Batista Leite; Contagem - Robson dos Santos Marques; Poços de Caldas - Iran Calixto Abrão; São Gabriel – Alexandre Rezende Guimarães; Valle; Serro e Guanhães - Ronaldo Rajão Santiago



EDITORA PUC MINAS

Direção e coordenação editorial: Mariana Teixeira de Carvalho Moura

Comercial: Paulo Vitor de Castro Carvalho

Conselho editorial: Edil Carvalho Guedes Filho; Eliane Scheid Gazire; Ev'Angela Batista Rodrigues de Barros; Flávio de Jesus Resende; Jean Richard Lopes; Leonardo César Souza Ramos; Lucas de Alvarenga Gontijo; Luciana Lemos de Azevedo; Márcia Stengel; Mariana Teixeira de Carvalho Moura; Meire Chucre Tannure Martins; Mozahir Salomão Bruck; Pedro Paiva Brito; Sérgio de Moraes Hanriot.

EDITORA PUC MINAS: Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

Rua Dom Lúcio Antunes, 180 • 30535-630 • Coração Eucarístico • Tel: (31) 3319.9904

Fax: (31) 3319.9907 • Belo Horizonte • Minas Gerais • Brasil • e-mail: editora@pucminas.br

Conselho Executivo

Prof. Javier Alberto Vadell
Prof. Leonardo César Ramos

Equipe Editorial

Amanda de Lacerda Robadel
Ana Luiza Braga Eliziário
Caio Ribeiro de Oliveira
Fábio Ferreira Andrade
Leonardo Coelho Assunção Santa Rita
Luiz Felipe Dias Pereira
Victor de Matos Nascimento

Conselho Editorial

Adam David Morton (University of Sidney)
Andrés Malamud (Instituto de Ciências Sociais– Universidade de Lisboa)
Antonio Carlos Lessa (Universidade de Brasília UNB)
Atílio Borón (Universidade de Buenos Aires - Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas)
Carlos Milani (Universidade do Estado do Rio de Janeiro)
Carlos S. Arturi (Universidade Federal do Rio Grande do Sul)
Gladys Lechini (Universidade Nacional de Rosario - Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas)
Henrique Alternani (Universidade Estadual da Paraíba)
Jens Bartelson (Lund University)
João Pontes Nogueira (Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro)
José Flávio Sombra Saraiva (Universidade de Brasília)
José Luis León-Manríquez (Universidade Autónoma Metropolitana Xochimilco)
Letícia Pinheiro (Universidade do Estado do Rio de Janeiro)
Luis Fernando Ayerbe (Universidade Estadual Paulista)
Marco Aurélio Chaves Cepik (Universidade Federal do Rio Grande do Sul)
Marcos Costa Lima (Universidade Federal de Pernambuco)
Maria Regina Soares de Lima (Universidade do Estado do Rio de Janeiro)
Matt Ferchen (Tsinghua University)
Miriam Gomes Saraiva (Universidade do Estado do Rio de Janeiro)
Monica Hirst (Universidad Di Tella–Universidad de Quilmes)
Paulo Luiz Moreaux Lavigne Esteves (Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro)
Paulo Fagundes Vizentini (Universidade Federal do Rio Grande do Sul)
Rafael Villa (Universidade de São Paulo)
R. Evan Ellis (Center for Strategic and International Studies)
Renato Boschi (Universidade do Estado do Rio de Janeiro)
Sean Burges (Australian National University)
Shiguenoli Myamoto (Universidade Estadual de Campinas – San Tiago Dantas)
Tullo Vigevani (Universidade Estadual Paulista)

Apoio

Departamento de Relações Internacionais da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-Minas)
Chefe do Departamento: Chyara Salles Pereira

“Nosso mais valioso recurso”: mensurando o impacto dos programas de intercâmbio estadunidenses sobre o comportamento internacional de outros Estados..... 7

“Our most valuable asset”: measuring the impact of US exchange programs on the international behavior of other states

“Nuestro más valioso recurso”: midiendo el impacto de los programas de intercambio estadounidenses sobre el comportamiento internacional de otros estados

Douglas Novelli, Alexsandro Eugênio Pereira

The Flexibility of Vietnam’s Tactics in Relation with the QUAD at the End of the Term of U.S. President D.Trump 21

A flexibilidade das táticas do Vietnã em relação ao QUAD no final do mandato do presidente dos EUA, D.Trump

Bui Hai Dang, Luc Minh Tuan, Tran Xuan Hiep

Aspectos Sistemáticos de una Historia de los Conceptos de Securitización y Amenaza para Copenhague, Aberystwyth y París.....34

SYSTEMATIC ASPECTS OF A HISTORY OF THE CONCEPTS OF SECURITIZATION AND THREAT TO COPENHAGEN, ABERYSTWYTH AND PARIS

Ana Villalba-Castro, Fabrício H. Chagas-Bastos

Segurança do Golfo Pérsico em uma Nova Era de Competição Geopolítica Global 53

Persian Gulf Security in an New Era of Geopolitical Competition

La Seguridad del Golfo Pérsico en una Nueva Era de Competencia Geopolítica Mundial

Tawfiq ALfaifi, Luis da Vinha

After the Brahimi Report: doctrinal culture, practical developments and the new and remaining challenges of UN peace operations 70

Depois do Relatório Brahimi: cultura doutrinária, desenvolvimentos práticos e os desafios novos e remanescentes das operações de paz da ONU

Después del Informe Brahimi: cultura doctrinal, desarrollos prácticos y los nuevos y restantes desafíos de las operaciones de paz de la ONU

Letícia Carvalho, Geraldine Rosas Duarte, Matheus de Abreu Costa Souza

“Nosso mais valioso recurso”: mensurando o impacto dos programas de intercâmbio estadunidenses sobre o comportamento internacional de outros Estados



The Limitations and Challenges of the Reception for Immigrants and Refugees in the City of Dourados-MS..... 88

Cesar Augusto Silva da Silva, Julia Stefanello Pires

Sam King Imperialism and the development myth: how rich countries dominate in the twenty- first century. 104

Manchester: Manchester University Press, 2021. 296 pp.

Marcelo Fernandes

“Our most valuable asset”: measuring the impact of US exchange programs on the international behavior of other states

“Nuestro más valioso recurso”: midiendo el impacto de los programas de intercambio estadounidenses sobre el comportamiento internacional de otros estados

Douglas Novelli¹
Alessandro Eugênio Pereira²

DOI: 10.5752/P.2317-773X.2022v10n3p7-20

Recebido em: 31 de janeiro de 2022
Aprovado em: 02 de maio de 2023

RESUMO

O artigo testa a hipótese de que países tendem a apresentar um comportamento internacional mais favorável em relação aos Estados Unidos quando seus chefes de Estado tiveram contato prévio com instituições de ensino estadunidenses. Foi feito um levantamento prosopográfico dos chefes de Estado dos países que compõem o Grupo Latino-Americano e Caribenho na Organização das Nações Unidas (GRULAC-ONU), observando especificamente quais destes tiveram contato com instituições de ensino estadunidenses. Para medir o posicionamento em relação aos EUA, foi adotada como variável *proxy* os padrões de votação desses Estados na Assembleia Geral da ONU, comparados aos padrões de votação estadunidenses. Por se tratarem de duas variáveis dicotômicas, foi calculado o Coeficiente de Associação de Yule para verificar a força da relação entre elas. Todas as variações do teste retornaram uma associação positiva baixa, flutuando entre 0,108 e 0,202. Os resultados forneceram evidências que corroboram com a hipótese de que o contato prévio com instituições de ensino estadunidenses por parte de chefes de Estado produz uma postura mais positiva dessas nações em relação aos EUA.

Palavras-chave: Comportamento internacional; Assembleia Geral das Nações Unidas; Socialização de chefes de Estado; Intercâmbios educacionais.

1. Doutorando em Ciência Política pela Universidade Federal do Paraná (UFPR), Mestre em Ciência Política pela mesma instituição e Bacharel em Relações Internacionais pelo Centro Universitário Curitiba (UNICURITIBA). Possui experiência profissional nas áreas fiscal e contábil e experiência acadêmica nas áreas de teoria das Relações Internacionais e Política Externa. Membro do Núcleo de Pesquisa em Relações Internacionais (NEPRI-UFPR) e atual Editor Executivo da Revista Conjuntura Global (<https://revistas.ufpr.br/conjglobal>), seus atuais interesses de pesquisa incluem Análise de Política Externa, Soft Power, Democracia Comparada e Processos de Construção Regional. E-mail: douglash-novelli@outlook.com. ORCID: orcid.org/0000-0001-6058-5109.

2. Possui graduação em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Paraná (1994), Mestrado e Doutorado em Ciência Política pela Universidade de São Paulo (1998 e 2003). Atualmente é Professor Associado do Departamento de Ciência Política e dos Programas de Pós-Graduação em Ciência Política e em Políticas Públicas da Universidade Federal do Paraná. E-mail: alexsep@uol.com.br. ORCID: orcid.org/0000-0002-9613-4702.

ABSTRACT

The paper tests the hypothesis that countries tend to present a more favorable international behavior toward the United States when their heads of state had previous contact with US educational institutions. A prosopographical survey of the heads of state of the countries that make up the Group of Latin America and Caribbean Countries (GRULAC-UN) was carried out, specifically observing which of these had contact with US educational institutions. To measure positioning in relation to the US, it was adopted as a proxy variable the voting patterns of these states in the UN General Assembly compared to the US voting patterns. Since these are two dichotomous variables, the Yule Coefficient of Association was calculated to verify the strength of the relationship between them. All variations of the test returned a low positive association, fluctuating between 0.108 and 0.202. The results provided evidence to support the hypothesis that prior contact with US educational institutions by heads of state produces a more positive attitude of these nations toward the US.

Keywords: International behavior; United Nations General Assembly; Socialization of heads of state; Educational exchanges.

RESUMEN

El artículo pone a prueba la hipótesis de que los países tienden a presentar un comportamiento internacional más favorable hacia los Estados Unidos cuando sus jefes de Estado han tenido contactos previos con instituciones educativas estadounidenses. Se realizó un estudio prosopográfico de los jefes de Estado de los países que integran el Grupo Regional de América Latina y el Caribe (GRULAC-ONU), observando específicamente cuáles de ellos han tenido contacto con instituciones educativas estadounidenses. Para medir el posicionamiento en relación con EE.UU., se adoptó como variable sustitutiva el patrón de voto de estos estados en la Asamblea General de las Naciones Unidas, comparado con el patrón de voto estadounidense. Puesto que se tratan de dos variables dicotómicas, se calculó el coeficiente de asociación de Yule para verificar la fuerza de la relación entre ellas. Todas las variaciones de la prueba arrojaron una asociación positiva baja, que fluctuó entre 0,108 y 0,202. Los resultados aportaron pruebas que corroboran la hipótesis de que el contacto previo de los jefes de Estado con las instituciones educativas estadounidenses produce una actitud más positiva de estas naciones hacia los Estados Unidos.

Palabras clave: Comportamiento internacional; Asamblea General de la Naciones Unidas; Socialización de jefes de Estado; Intercambios educativos.

1. INTRODUÇÃO

Não é nova a ideia de que os intercâmbios acadêmicos em instituições de ensino norte-americanas são um instrumento relevante para ampliar a influência dos Estados Unidos pelo mundo. Sua lógica fundamental gira em torno da ideia de socializar os valores e a cultura norte-americana em jovens que, talvez um dia, farão parte das elites governantes de seus respectivos países. Conforme expresso em um relatório de um grupo educacional norte-americano, “as milhões de pessoas que têm estudado nos Estados Unidos ao longo dos anos constituem um notável reservatório de boa vontade para o nosso país” (NAFSA, 2003, tradução nossa)³; de modo semelhante, Colin Powell (2001, tradução nossa)⁴, então Secretário de Estado dos Estados Unidos, em 2001 declarou que ele não

3. “The millions of people who have studied in the United States over the years constitute a remarkable reservoir of goodwill for our country.”

4. “I can think of no more valuable asset to our country than the friendship of future world leaders who have been educated here.”

era capaz de pensar em nenhum recurso mais valioso para os EUA do que “a amizade dos futuros líderes mundiais aqui educados”; enquanto Joseph Nye (2004, 45, tradução nossa)⁵ aponta como intercâmbios acadêmicos e científicos “desempenham um papel significativo em aumentar o *soft power* norte-americano”.

Até certo ponto, essas estratégias vêm sendo comprovadas por pesquisas empíricas, que, ao longo dos anos, têm consistentemente evidenciado como estudantes de intercâmbio tendem a retornar para seus países de origem com uma visão mais positiva do país no qual estudaram (WILSON E BONILLA, 1955; WATSON E LIPPITT, 1958; SELLTIZ ET AL., 1963; WANG, 1991; RICHMOND, 2003). Contudo, a produção de resultados políticos a nível internacional, derivados desses intercambios, apesar de muito especulada, ainda carece de estudos empíricos que a sustente. A presente pesquisa se volta para essa lacuna, explorando o argumento de que Estados são mais propensos a adotar um comportamento favorável aos interesses estadunidenses quando seus respectivos líderes vivenciaram períodos de socialização em instituições de ensino estadunidenses.

Para tanto, o presente artigo adota uma estrutura de cinco seções em seu desenvolvimento, iniciando com uma breve revisão teórica sobre o conceito de socialização, seguida de uma seção voltada para a apresentação dos argumentos e construção das hipóteses que serão testadas, exposição dos materiais e métodos empregados, apresentação dos resultados e, por fim, a discussão e as considerações finais, nas quais são sugeridos tópicos para uma agenda de pesquisa futura.

2. REVISÃO TEÓRICA

Desde o início do século XXI, autores como Alastair Johnston (2001) e Jeffrey Checkel (2005) vêm apontando como o conceito de socialização tem sido historicamente subutilizado no campo das Relações Internacionais, especialmente se comparado às demais ciências humanas, nas quais, com frequência, exerce posição de destaque⁶. Do ponto de vista conceitual, mesmo se forem consideradas as vertentes teóricas das RI que lhe dão alguma significância, como o Construtivismo e a Escola Inglesa, em geral o conceito de socialização ainda parece ser subteorizado e ter seus microprocessos majoritariamente ignorados. Já no que toca aos estudos empíricos, o conceito tem sido principalmente empregado por trabalhos voltados a entender como o ambiente internacional pode influenciar positivamente nos processos domésticos de democratização, seja através do papel socializador exercido pelas organizações internacionais sobre as elites políticas domésticas (PEVEHOUSE, 2002a; 2002b; 2005; BELLIN, 2012; KELLEY, 2004; DIMITROVA E PRIDHAM, 2004; GREENHILL, 2010; NOVELLI E PEREIRA, 2020); ou através do impacto causado pelo intercâmbio de oficiais estrangeiros em academias militares estadunidenses sobre o desenvolvimento de instituições democráticas em seus países de origem (COPE, 1995; MILLER, 2006; ATKINSON, 2006; 2010; RUBY E GIBLER, 2010).

Conforme apontado por Beyers (2010), socialização diz respeito ao processo pelo qual indivíduos desenvolvem uma ligação com um grupo

5. “Academic and scientific exchanges played a significant role in enhancing American soft power.”

6. Exemplos incluem a Sociologia e a Psicologia Social, com teorias sobre formação de identidade social e cumprimento das normas do grupo (TURNER, 1987; NAPIER E GERSHENFELD, 1987; CIALDINI, 1987; NISBETT E COHEN, 1996); a Ciência Política, com estudos sobre a formação de orientações políticas entre jovens e explicações para movimentos sociais (BECK E JENNINGS, 1991); e o Direito Internacional, com pesquisas sobre o papel da condenação social para assegurar o cumprimento de tratados (CHAYES E CHAYES, 1996; YOUNG, 1992; SUSSKIND, 1994; MORA-VCSIK, 1995).

7. “Socialization is the generic term used to refer to the processes by which the newcomer – the infant, rookie, or trainee, for example – becomes incorporated into organized patterns of interaction.”

8. “the right thing to do”.

9. “Having an attitude means that you have categorized something and made a judgment of its net value or worth. It means that you are no longer neutral about the topic. That doesn’t mean you can’t have mixed feelings, but your view on the issue is no longer bland or without color. [...] Attitudes (and values) organize our social world. They allow us to categorize people, places, and events quickly and to figure out what’s going on. They are like notebook dividers, labels to categorize a collection of favorite books, or ways to organize smartphone apps. Attitudes shape perceptions and influence judgments. If you’re a Republican, you probably evaluate Republican political leaders favorably and have a negative, gut-level reaction to some Democratic politicians. And vice versa if you are a Democrat. On the other hand, if you hate politics and distrust politicians, you filter the political world through a skeptical set of lenses.”

10. “Higher education is an especially powerful form of interpersonal contact because it is among the most important ways in which individuals develop political beliefs and because early adulthood is arguably the most formative period of a person’s life”.

social e adaptam seu comportamento para se adequar as expectativas advindas do mesmo. Nas palavras de Stryker e Statham (1985, p. 325, tradução nossa)⁷, “socialização é o termo genérico utilizado para designar os processos pelos quais o recém-chegado – seja ele o recém-nascido, o novato ou o estagiário, por exemplo – se incorpora nos padrões organizados de interação”. Sua função básica é criar um senso de pertencimento social, pelo qual os entendimentos intersubjetivos dessa sociedade são internalizados e tomados como fatos (JOHNSTON, 2001). Implica que o agente socializado evolua de uma lógica de consequências para uma lógica de adequação, com suas ações sendo tomadas independentemente de qualquer estrutura de incentivos ou sanções em particular, sendo a aceitação das normas e expectativas socialmente impostas internalizadas como “a coisa certa a ser feita” (CHECKEL, 2005, p. 804, tradução nossa)⁸.

O mecanismo causal da socialização, tal qual instrumentalizado pelos estudos que tratam da socialização democrática promovida por intercâmbios acadêmicos, envolve a alteração de atitudes em relação a determinado tema ou agente, promovido graças a experiências pessoais em redes políticas criadas e controladas em torno desses temas ou por esses agentes. Assim, um conceito acessório imprescindível ao de socialização é o conceito de atitudes, que podem ser entendidas como “disposições avaliativas” (FREYBURG, 2011; COOPER, BLACKMAN, E KELLER, 2016), que são aprendidas e podem ser alteradas através da comunicação social ou de experiências pessoais diretas, podendo envolver tanto componentes afetivos (baseados em emoções) quanto cognitivos (baseados em crenças). Nas palavras de Perloff (2017, 89–90, tradução nossa)⁹:

Ter uma atitude significa que você classificou algo e fez um julgamento do seu valor. Significa que você já não é neutro em relação ao tema. Isso não significa que não possa ter sentimentos mistos, mas a sua opinião sobre o assunto já não é neutra ou isenta de cor. [...] Atitudes (e valores) organizam o nosso mundo social. Elas nos permitem categorizar pessoas, lugares e eventos rapidamente e descobrir o que está acontecendo. São como marca páginas, etiquetas para categorizar uma coleção de livros favoritos, ou formas de organizar aplicativos para smartphones. As atitudes moldam as percepções e influenciam os julgamentos. Se você é republicano, provavelmente avalia os líderes políticos republicanos favoravelmente e tem uma reação negativa, ao nível do instinto, a alguns políticos democratas. E vice-versa, se for um democrata. Por outro lado, se odeia a política e desconfia dos políticos, filtra o mundo político através de um conjunto de lentes céticas.

Assim, conforme resumido por Lomer (2017), o argumento central, empregado por trabalhos que analisam o potencial socializador de intercâmbios acadêmicos, gira em torno da concepção de que estudantes internacionais tendem a alterar suas atitudes e se identificar com o país receptor como um resultado de experiências positivas no processo de socialização. O intercâmbio acadêmico em instituições de ensino superior seria particularmente efetivo ao promover a socialização desses estudantes, pois, conforme apontam Gift e Krcmaric (2017, p. 5, tradução nossa)¹⁰, “o ensino superior [...] está entre os meios mais importantes através dos quais os indivíduos desenvolvem crenças políticas”, sendo “o início da idade adulta [...] o período mais formativo da vida de uma pessoa”. Ademais, como apontam autores como Anna Wojciuka, Maciej Michałek e Marta Stormowska (2015), atualmente a educação parece ser “um valor universal”, com aspec-

tos como sua qualidade e alcance sendo apreciados independentemente da cultura e do país, ao passo que é individualmente valorizada como condição para a prosperidade econômica – tornando-se assim um veículo ideal para “ganhar corações e mentes” (NYE, 2008). Destarte, tal qual intercâmbios acadêmicos apresentam o potencial para estimular a socialização democrática ao alterar as atitudes dos participantes em relação a democracia, graças à promoção de experiências pessoais em redes políticas criadas e controladas por democracias estabelecidas (FREYBURG, 2011), é possível que esse mecanismo também possa gerar nos participantes atitudes positivas duradouras em relação aos Estados receptores, que podem vir a se converter em ganhos políticos para esses Estados caso esses estudantes um dia ocupem posições políticas com poder decisório em seus países de origem. O presente artigo explora essa ideia, focando especificamente em chefes de Estado que tiveram contato com instituições de ensino norte-americanas.

3. CONSTRUÇÃO DE HIPÓTESES TESTÁVEIS

O artigo testa o argumento base de que um Estado é mais propenso a adotar um comportamento internacional favorável aos EUA quando seu atual chefe de Estado teve contato prévio com instituições de ensino estadunidenses. Isto posto, definir parâmetros para o que pode ser considerado um comportamento internacional favorável aos EUA é uma problemática de difícil resolução, tendo em vista a natureza multidimensional das relações internacionais. Contudo, a literatura tem demonstrado que existem fortes evidências de que o governo norte-americano atribui importância real aos resultados das votações na Assembleia Geral das Nações Unidas (AGNU), exercendo pressão política sobre seus pares com o objetivo de assegurar resultados que lhe sejam favoráveis (DREHER, NUNNENKAMP, E THIELE, 2008; ANDERSEN, HARR, E TARP, 2006; BENNIS, 1997; THACKER, 1999). Nas palavras de Bailey, Strezhnev e Voeten (2015, 2, tradução nossa)¹¹, “as votações na Assembleia Geral das Nações Unidas (AGNU) tornaram-se a fonte de dados normalizada para a construção de medidas de preferências estatais, uma vez que são ações comparáveis e observáveis tomadas pelos países em determinados momentos”. Assim, os padrões de votação na AGNU podem ser efetivamente aplicados como uma variável *proxy*¹² para medir o comportamento internacional de outros Estados em relação aos EUA, pois, ainda que não contemplem totalmente a complexidade das relações que podem ser estabelecidas entre estes Estados, esses padrões de voto fornecem sólidos indícios sobre o posicionamento geral de seus atores.

Baseado nesses argumentos, derivamos a primeira hipótese da pesquisa:

H₁: Um Estado é mais propenso a votar junto com EUA na AGNU quando seu chefe de Estado teve contato prévio com instituições de ensino norte-americanas.

Um fator relevante que também precisa ser levado em consideração é a ampla variedade de pautas que se tornam objeto de votações na AGNU. Como apontam Dreher, Nunnenkamp e Thiele (2008), é provável que nem todos os votos sejam de importância para o governo norte-ame-

11. “Votes in the United Nations General Assembly (UNGA) have become the standard data source for constructing measures of state preferences, as they are comparable and observable actions taken by many countries at set points in time.”

12. Uma variável proxy (ou variável substituta) refere-se a uma variável que não é diretamente relevante para o objeto de estudo, mas que é utilizada em substituição a uma variável não observável ou de difícil mensuração, com a qual a literatura indica haver uma correlação próxima. No caso, os padrões de voto na AGNU serão utilizados para substituir o posicionamento internacional de outros Estados em relação aos EUA, variável essa de difícil mensuração.

ricano, de forma que restringir a análise apenas as votações que abordem pautas importantes pode acabar gerando resultados mais significativos. Embora rotular as votações como importantes ou não seja um processo altamente subjetivo, esse desafio pode ser solucionado ao utilizar a própria categorização empregada pelo Departamento de Estado norte-americano, que desde 1983 indica quais foram as “votações sobre questões que afetaram diretamente interesses importantes dos Estados Unidos e em relação às quais os Estados Unidos fizeram um amplo lobby” (US PUBLIC LAW 101-246, *apud* UNITED STATES DEPARTMENT OF STATE, 2018, tradução nossa)¹³. Assim, a segunda hipótese deriva-se de uma variação direta da primeira, limitando a análise exclusivamente aos votos codificados como importantes pelo governo dos EUA.

H₂: Um Estado é mais propenso a votar junto com EUA na AGNU, em pautas consideradas importantes pelo governo norte-americano, quando seu chefe de Estado teve contato prévio com instituições de ensino norte-americanas.

Ademais, ao trabalhar com os votos da AGNU, ainda é relevante considerar os padrões históricos de aliança que neles podem ser observados. Ao longo das décadas, pesquisadores tem demonstrado como os Estados do ocidente mantêm um padrão de votos coeso e próximo entre si, sobretudo nos casos nos quais existem alianças formais entre esses atores, como a União Europeia e a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) (KIM E RUSSETT, 1996; CAMPBELL, 1971; POTRAFKE, 2009; HOLLOWAY, 2009). Assim, é razoável supor a possibilidade de que países governados por chefes de Estado que tenham passado por um período de socialização acadêmica em Estados aliados aos EUA, aqui recortados como os membros da OTAN, também apresentem um padrão de votos mais alinhado aos interesses norte-americanos. Dessa ideia, derivam as hipóteses finais que serão testadas:

H₃: Um Estado é mais propenso a votar junto com EUA na AGNU quando seu chefe de Estado teve contato prévio com instituições de ensino norte-americanas, ou de outros membros da OTAN.

H₄: Um Estado é mais propenso a votar junto com EUA na AGNU, em pautas consideradas importantes pelo governo norte-americano, quando seu chefe de Estado teve contato prévio com instituições de ensino norte-americanas, ou de outros membros da OTAN.

4. MATERIAIS E MÉTODOS.....

4.1. MÉTODOS DE COLETA E DESCRIÇÃO DOS DADOS

A pesquisa recorreu a duas bases de dados distintas, derivando suas conclusões a partir da confrontação de ambas.

Em primeiro lugar, para medir o posicionamento de cada um dos Estados analisados em relação aos EUA, foi adotada como variável *proxy* os padrões de votação desses Estados na Assembleia Geral das Nações Unidas (AGNU), comparados aos padrões de votação estadunidenses. Para tanto, foi utilizada a base de dados já compilada por Bailey, Strezhev e Voeten (2009), disponível como parte do projeto *Harvard Dataverse*¹⁴.

De início, foi necessário aplicar dois recortes, um com relação aos Estados que seriam observados e outro com relação ao recorte temporal que seria considerado pela pesquisa. No que toca ao primeiro recorte, foi feita a opção pelos Estados que compõem o Grupo Latino-Americano e Caribenho na Organização das Nações Unidas (GRULAC-ONU)¹⁵, escolha que se deu tendo em vista a proximidade geográfica com os Estados Unidos. Ao menos em teoria, essa proximidade amplia as chances de localizar políticos que tenham tido contato prévio com instituições de ensino norte-americanas antes de assumirem os cargos de chefe de Estado em seus respectivos países, possibilitando assim que a análise seja feita com base em um número razoável de notações heterogêneas. Já no que toca ao recorte temporal da pesquisa, optou-se por iniciar a análise imediatamente após o fim da Guerra Fria, em dezembro de 1991, se estendendo até o ponto no qual os dados haviam sido compilados, em dezembro de 2017.

Ao todo, existem quatro possibilidades de voto que os Estados podem tomar em cada votação: sim; não; abstenção; e ausência. Seguindo o padrão utilizado por autores como Kegley e Hook (1991), foram descartadas ocorrências nas quais os EUA, ou o Estado ao qual sua votação era comparada, se abstiveram ou estavam ausentes. Do mesmo modo, seguindo Dreher e Sturm (2006), foram excluídos os casos de votação por consenso, nos quais todos os Estados analisados votaram da mesma forma. Os votos dos EUA foram então individualmente comparados com aqueles feitos pelos Estados do GRULAC, notando como 1 os votos iguais (entre os EUA e determinado Estado em dada votação) e 0 para os votos destoantes. Seguindo essas regras de recorte e tratamento, foram totalizadas 32.461 notações individuais ao longo de todo o *corpus*, coletadas em 1.180 votações.

Por sua vez, a segunda base de dados foi compilada especificamente para a execução da presente pesquisa. A base em questão foi desenvolvida através de um levantamento prosopográfico dos chefes de Estado que estiveram à frente dos países que compõem o GRULAC no período analisado, se limitando a observar quais destes tiveram contato com instituições de ensino superior ou militares estadunidenses, seja na qualidade de discentes ou como docentes. Ao todo, foram coletados dados de 189 políticos, dos quais 62 (32,8%) haviam tido contato com instituições de ensino norte-americanas e 39 (20,6%) haviam tido contato com instituições de ensino de outros Estados membros da OTAN.

4.2. MÉTODOS DE ANÁLISE

Por se tratarem de duas variáveis dicotômicas, foi calculado o Coeficiente de Associação de Yule (Q_{xy}) para verificar a força da relação entre elas. Conforme exposto por Cervi (2019, p. 36), “o teste de independência Q_{xy} serve para identificar se: i) duas variáveis dicotômicas estão relacionadas entre si; ii) de quanto é a intensidade da relação; e, iii) se os resultados podem ser usados em generalizações para toda a população quando se está testando a associação em amostras”. Ainda de acordo com o autor, o coeficiente de associação Q_{xy} apresenta dois postulados base: (1) deve ser igual a zero quando as variáveis X e Y forem independentes; e (2) deve

15. Os Estados membros do GRULAC são: Antígua e Barbuda, Argentina, Bahamas, Barbados, Belize, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Cuba, Dominica, Republica Dominicana, Equador, El Salvador, Granada, Guatemala, Guiana, Haiti, Honduras, Jamaica, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, Santa Lúcia, São Cristóvão e Nevis, São Vicente e Granadinas, Suriname, Trinidad e Tobago, Uruguai e Venezuela.

13. “votes on issues which directly affected important United States interests and on which the United States lobbied extensively”

14. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.7910/DVN/LEJUQZ>>.

ser de, no máximo, +1,00, no caso de associações positivas, e de −1,00, no caso de associações negativas (CERVI, 2019, p. 40).

A fórmula para a aplicação do Q de Yule é a seguinte (YULE E KENDALL, 1937):

$$Q_{xy} = \frac{(B \times C) - (A \times D)}{(B \times C) + (A \times D)}$$

Onde, em uma tabela quádrupla usada para representar as possíveis combinações existentes entre as duas variáveis dicotômicas, temos:

TABELA 1 – INTERVALOS DE VALORES PARA COEFICIENTE Q_{xy}

	Não-Y	Y	Total
X	A	B	Marginal X
Não-X	C	D	Marginal Não-X
Total	Marginal Não-Y	Marginal Y	Total de Casos (N)

FONTE: Cervi (2019).

Partindo ainda dos postulados básicos do Coeficiente de Yule, Davis (1976) sugere a forma adequada de interpretar os valores de Q_{xy}, organizados por grau de intensidade conforme exposto na Tabela 2.

TABELA 2 – INTERVALOS DE VALORES PARA COEFICIENTE Q_{xy}

Valor de Q _{xy}	Leitura
+0,7 ou mais	Associação positiva muito forte;
+0,5 a +0,69	Associação positiva forte;
+0,3 a +0,49	Associação positiva moderada;
+0,1 a +0,29	Associação positiva baixa;
+0,01 a +0,09	Associação positiva desprezível;
0	Associação inexistente;
−0,01 a −0,09	Associação negativa desprezível;
−0,1 a −0,29	Associação negativa baixa;
−0,3 a −0,49	Associação negativa moderada;
−0,5 a −0,69	Associação negativa forte; e
−0,7 ou mais	Associação negativa muito forte.

FONTE: Davis (1976, p. 70).

Apresentado o método de análise que foi empregado, passa-se agora para a apresentação dos resultados, onde foi calculado o Coeficiente de Associação de Yule para cada uma das quatro hipóteses testadas.

5. RESULTADOS

Considerando que o presente artigo busca verificar a validade de quatro hipóteses distintas, foi feita a opção metodológica de testar cada

uma dessas hipóteses individualmente¹⁶, buscando o Coeficiente de Associação de Yule referente a cada uma delas. Assim, sendo a primeira hipótese

H₁: Um Estado é mais propenso a votar junto com EUA na AGNU quando seu chefe de Estado teve contato prévio com instituições de ensino norte-americanas.

Temos:

TABELA 3 – TABELA QUÁDRUPLA PARA A HIPÓTESE 1

	Não-Y	Y	Total
X	1.108	750	1.858 (5,72%)
Não-X	20.995	9.608	30.603 (94,28%)
Total	22.103 (68,09%)	10.358 (31,91%)	32.461

FONTE: Dados da pesquisa.

Onde:

X = Votou com os EUA em determinada votação; e

Y = O chefe de Estado daquele país, durante aquela votação, havia tido contato prévio com instituições de ensino norte-americanas.

Aplicando a fórmula do Q_{xy}:

$$Q_{xy} = \frac{(B \times C) - (A \times D)}{(B \times C) + (A \times D)} = \frac{(750 \times 20.995) - (1.108 \times 9.608)}{(750 \times 20.995) + (1.108 \times 9.608)} = \frac{5.100.586}{26.391.914} = +0,193$$

Aplicando o mesmo teste nas demais hipóteses levantadas pela pesquisa, os resultados foram os seguintes:

H₂: Um Estado é mais propenso a votar junto com EUA na AGNU, em pautas consideradas importantes pelo governo norte-americano, quando seu chefe de Estado teve contato prévio com instituições de ensino norte-americanas.

TABELA 4 – TABELA QUÁDRUPLA PARA A HIPÓTESE 2

	Não-Y	Y	Total
X	782	510	1.292 (24,78%)
Não-X	2.736	1.185	3.921 (75,22%)
Total	3.518 (67,49%)	1.695 (32,51%)	5.213

FONTE: Dados da pesquisa.

Onde:

X = Votou com os EUA em determinada votação indicada como importante pelo governo norte-americano; e

Y = O chefe de Estado daquele país, durante aquela votação, havia tido contato prévio com instituições de ensino norte-americanas.

$$Q_{xy} = \frac{(B \times C) - (A \times D)}{(B \times C) + (A \times D)} = \frac{(510 \times 2.736) - (782 \times 1.185)}{(510 \times 2.736) + (782 \times 1.185)} = \frac{468.690}{2.322.030} = +0,202$$

H₃: Um Estado é mais propenso a votar junto com EUA na AGNU

16. Em todas as hipóteses o valor-p retornou resultados inferiores a 0,001, refutando a hipótese nula.

quando seu chefe de Estado teve contato prévio com instituições de ensino norte-americanas, ou de outros membros da OTAN.

TABELA 5 – TABELA QUÁDRUPLA PARA A HIPÓTESE 3

	Não-Y	Y	Total
X	751	1.107	1.858 (5,72%)
Não-X	13.992	16.611	30.603 (94,28%)
Total	14.743 (45,42%)	17.718 (54,58%)	32.461

FONTE: Dados da pesquisa.

Onde:

X = Votou com os EUA em determinada votação; e

Y = O chefe de Estado daquele país, durante aquela votação, havia tido contato prévio com instituições de ensino norte-americanas ou de outros membros da OTAN.

$$Q_{xy} = \frac{(B \times C) - (A \times D)}{(B \times C) + (A \times D)} = \frac{(1.107 \times 13.992) - (751 \times 16.611)}{(1.107 \times 13.992) + (751 \times 16.611)} = \frac{3.014.283}{27.964.005} = +0,108$$

H₄: Um Estado é mais propenso a votar junto com EUA na AGNU, em pautas consideradas importantes pelo governo norte-americano, quando seu chefe de Estado teve contato prévio com instituições de ensino norte-americanas, ou de outros membros da OTAN.

TABELA 6 – TABELA QUÁDRUPLA PARA A HIPÓTESE 4

	Não-Y	Y	Total
X	535	757	1.292 (24,78%)
Não-X	1.835	2.086	3.921 (75,22%)
Total	2.370 (45,46%)	2.843 (54,54%)	5.213

FONTE: Dados da pesquisa.

Onde:

X = Votou com os EUA em determinada votação indicada como importante pelo governo norte-americano; e

Y = O chefe de Estado daquele país, durante aquela votação, havia tido contato prévio com instituições de ensino norte-americanas ou de outros membros da OTAN.

$$Q_{xy} = \frac{(B \times C) - (A \times D)}{(B \times C) + (A \times D)} = \frac{(757 \times 1.835) - (535 \times 2.086)}{(757 \times 1.835) + (535 \times 2.086)} = \frac{273.085}{2.505.105} = +0,109$$

6. DISCUSSÃO

Retomando os postulados de Davis (1976) sobre a interpretação adequada para os valores de Q_{xy} , temos que todas as variações do teste retornaram resultados flutuando entre +0,108 e +0,202, caindo dentro do intervalo considerado pelo autor como “associações positivas baixas”. A

Tabela 7 resume os resultados do teste Q_{xy} em todas as hipóteses testadas, diferenciando-as com base nas alterações das variáveis x e y.

TABELA 7 – RESUMO DOS COEFICIENTES Qxy NAS HIPÓTESES TESTADAS

	Votou com os EUA em determinada votação	Votou com os EUA em determinada votação importante
Teve contato com instituições de ensino estadunidenses	+0,193 (H1)	+0,202 (H2)
Teve contato com instituições de ensino estadunidenses ou de outros membros da OTAN	+0,108 (H3)	+0,109 (H4)

FONTE: Dados da pesquisa.

A alteração na variável x, presente nas hipóteses 2 e 4, que considera apenas as votações indicadas como importantes pelo governo estadunidense, representou um aumento no coeficiente de associação de Yule se comparado às suas contrapartes nas hipóteses 1 e 3, que consideram as votações em sua totalidade. Tal aumento, contudo, foi marginal (de +0,193 para +0,202; e de +0,108 para +0,109), estando de acordo com estudos produzidos por outros autores que há anos indicam que o recorte exclusivo sobre as votações consideradas importantes pelos EUA não produz alterações significativas nos resultados das pesquisas (CHARLES W. KEGLEY JR. E MCGOWAN, 1981; WITTKOPF, 1973).

Por outro lado, ao alterar a variável y, considerando também os chefes de Estado que tiveram contato com instituições de ensino de países aliados aos EUA (aqui recortados como os Estados membros da OTAN), os coeficientes Q_{xy} sofreram uma queda digna de nota (de +0,193 para +0,108; e de +0,202 para +0,109), o que vai na direção de invalidar o argumento de que a socialização acadêmica em países aliados também produziria alterações positivas nas atitudes desses chefes de Estado com relação aos EUA. Isso reforça a ideia de que a teoria pode ter algum fundamento, mas exclusivamente quando consideramos o contato com instituições de ensino estadunidenses.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados forneceram evidências que corroboram com a hipótese de que o contato prévio com instituições de ensino norte-americanas por parte de chefes de Estado produz uma postura mais positiva dessas nações em relação aos EUA. Apesar do impacto ser baixo, é relevante notar que o mesmo é produzido por políticas que custam relativamente muito pouco aos cofres públicos norte-americanos, apresentando uma excelente relação custo-benefício se comparada a outras políticas destinadas a ampliar a influência internacional dos EUA, como ajuda financeira internacional e gastos na indústria militar. Naturalmente, esses resultados são apenas o primeiro passo para verificar se a teoria se sustenta e mensurar os impactos reais que programas de intercâmbio destinados a futuros líderes exercem sobre o comportamento internacional de outros Estados.

Alguns dos principais desafios encontrados no presente artigo

dizem respeito as próprias limitações do desenho de pesquisa empregado. Apesar de apresentar a vantagem de ser estatisticamente testável em grande escala – razão pela qual este desenho de pesquisa foi escolhido –, este cai nos mesmos impasses já notados em pesquisas semelhantes, notavelmente: não ser capaz de mensurar a profundidade e extensão das interações sociais entre os estudantes e a população local (ATKINSON, 2010); desconsiderar fatores como se o aluno recebeu uma bolsa ou pagou seus próprios estudos, além da possibilidade de ter tido experiências desapontadoras ou mesmo solitárias (LOMER, 2017); e não ser capaz de fatorar as chances da exposição prolongada a cultura e sociedade norte-americanas acabarem por destacar os aspectos negativos das mesmas, produzindo uma duradoura animosidade em relação ao país (FREYBURG, 2015).

Em termos objetivos, os resultados apresentados comprovam que os Estados-membros do GRULAC, no período entre o fim da Guerra Fria e dezembro de 2017, foram mais propensos a votar junto com os EUA na AGNU quando governados por um chefe de Estado que havia tido contato com instituições de ensino norte-americanas no passado. Apesar da generalização ser especulável em termos teóricos, esses resultados carecem de confirmação para quaisquer casos que fujam ao que foi empiricamente testado. Assim, uma agenda de pesquisa futura nesse tema deve envolver a expansão do teste aqui executado, verificando sua validade em Estados que não fazem parte da região da América Latina e Caribe, além de procurar incluir as variáveis aqui apresentadas em modelos estatísticos mais completos voltados a entender os padrões de votação dos Estados na AGNU.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANDERSEN, T. B.; HARR, T.; TARP, F. On US politics and IMF lending. **European Economic Review**, v. 50, n. 7, p. 1843–1862, 2006.
- ATKINSON, C. Constructivist Implications of Material Power: Military Engagement and the Socialization of States 1972–2000. **International Studies Quarterly**, v. 50, p. 509–537, 2006.
- ATKINSON, C. Does Soft Power Matter? A Comparative Analysis of Student Exchange Programs 1980–2006. **Foreign Policy Analysis**, v. 6, n. 1, p. 1–22, 2010.
- BAILEY, M. A.; STREZHNEV, A.; VOETEN, E. United Nations General Assembly Voting Data. **Harvard Database**, v. 18, 2009.
- BAILEY, M. A.; STREZHNEV, A.; VOETEN, E. **Estimating Dynamic State Preferences from United Nations Voting Data**. p. 1–27, 2015.
- BECK, P. A.; JENNINGS, M. K. Family Traditions, Political Periods, and the Development of Partisan Orientations. **Journal of Politics**, v. 53, p. 742–763, 1991.
- BELLIN, E. Reconsidering the Robustness of Authoritarianism in the Middle East. **Comparative Politic**, v. 44, n. 2, p. 127–149, 2012.
- BENNIS, P. The United Nations and Palestine: partition and its aftermath—UN stance on Palestine’s displacement by creation of Israel. **Arab Studies Quarterly**, v. 19, n. 3, p. 47–77, 1997.
- BEYERS, J. Conceptual and methodological challenges in the study of European socialization. **Journal of European Public Policy**, v. 17, n. 6, p. 909–920, 2010.
- CAMPBELL, A. K. UN Voting and Alliance Cohesion. **Millennium: Journal of International Studies**, v. 1, n. 2, p. 4–16, 1971.
- CERVI, E. U. **Manual de Métodos Quantitativos para iniciantes em Ciência Política - Volume 2**. Curitiba: CPOP, 2019.

- CHAYES, A.; CHAYES, A. H. **The New Sovereignty: Compliance with International Regulatory Agreements**. Cambridge: Harvard University Press, 1996.
- CHECKEL, J. T. International institutions and socialization in Europe: Introduction and framework. **International Organization**, v. 59, n. 4, p. 801–826, 2005.
- CIALDINI, R. Compliance Principles of Compliance Professionals: Psychologists of Necessity. In: ZANNA, M. P.; OLSON, J. M.; HERMAN, C. P. (Eds.). **Social Influence: The Ontario Symposium**, vol. 5. Hillsdale: Lawrence Erlbaum, 1987. p. 165–184.
- COOPER, J.; BLACKMAN, S. F.; KELLER, K. T. **The science of attitudes**. New York: Routledge, 2016.
- COPE, J. A. **International Military Education and Training: An Assessment**. Washington, DC: National Defense University, Institute for National Strategic Studies, 1995.
- DAVIS, J. A. **Levantamento de Dados em Sociologia: uma análise estatística elementar**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976.
- DIMITROVA, A.; PRIDHAM, G. International actors and democracy promotion in central and eastern Europe: the integration model and its limits. **Democratization**, v. 11, n. 5, p. 91–112, 2004.
- DREHER, A.; NUNNENKAMP, P.; THIELE, R. Does US aid buy UN general assembly votes? A disaggregated analysis. **Public Choice**, v. 136, n. 1–2, p. 139–164, 2008.
- DREHER, A.; STURM, J. E. Do IMF and World Bank Influence Voting in the UN General Assembly? Thurgau Institute of Economics. **Foreign Affairs**, n. December 2004, p. 1–40, 2006.
- FREYBURG, T. Transgovernmental networks as catalysts for democratic change? eu functional cooperation with arab authoritarian regimes and socialization of involved state officials into democratic governance. **Democratization**, v. 18, n. 4, p. 1001–1025, 2011.
- FREYBURG, T. Transgovernmental Networks as an Apprenticeship in Democracy? Socialization into Democratic Governance through Cross-national Activities. **International Studies Quarterly**, v. 59, n. 1, p. 59–72, 2015.
- GIFT, T.; KRCMARIC, D. Who Democratizes? Western-educated Leaders and Regime Transitions. **Journal of Conflict Resolution**, v. 61, n. 3, p. 671–701, 2017.
- GREENHILL, B. The Company You Keep: International Socialization and the Diffusion of Human Rights Norms. **International Studies Quarterly**, v. 54, p. 127–145, 2010.
- HOLLOWAY, S. Forty Years of United Nations General Assembly Voting. **Canadian Journal of Political Science**, v. 23, n. 02, p. 279, 2009.
- JOHNSTON, A. I. Treating international institutions as social environments. **International Studies Quarterly**, v. 45, n. 4, p. 487–515, 2001.
- KEGLEY JR., C. W.; HOOK, S. J. U.S. foreign aid and U.N. voting: did Reagan’s linkage strategy buy defence or defiance? **International Studies Quarterly**, v. 35, p. 295–312, 1991.
- KEGLEY JR., C. W.; MCGOWAN, P. J. **The Political Economy of Foreign Policy**. Beverly Hills: SAGE Publications, 1981.
- KELLEY, J. International Actors on the Domestic Scene: Membership Conditionality and Socialization by International Institutions. **International Organization**, v. 58, n. 3, p. 425–457, 2004.
- KIM, S. Y.; RUSSETT, B. The new politics of voting alignments in the United Nations General Assembly. **International Organization**, v. 50, n. 04, p. 629, 1996.
- LOMER, S. Soft power as a policy rationale for international education in the UK: a critical analysis. **Higher Education**, v. 74, n. 4, p. 581–598, 2017.
- MILLER, A. H. **Promoting Democratic Values in Transitional Societies through Foreign Aid**. Midwest Political Science Association Annual Meeting. Chicago: 2006
- MORAVCSIK, A. Explaining International Human Rights Regimes: Liberal Theory and Western Europe. **European Journal of International Relations**, v. 1, p. 157–190, 1995.
- NAFSA. **In America’s Interest: Welcoming International Students**, 2003. Disponível em: <https://www.nafsa.org/sites/default/files/ektron/uploadedFiles/NAFSA_Home/Resource_Library_Assets/Public_Policy/in_america_s_interest.pdf>. Acesso em: 4 mar. 2020
- NAPIER, R. W.; GERSHENFELD, M. K. **Groups: Theory and Experience**. 4th Ed. ed. Boston: Houghton Mifflin, 1987.
- NISBETT, R. E.; COHEN, D. **Culture of Honor: The Psychology of Violence in the South**.

Boulder: Westview Press, 1996.

NOVELLI, D. H.; PEREIRA, A. E. The Role of International Institutions in Promoting Democracy: a Brief Literature Review of Recent Studies (2010-2019). **Mural Internacional**, v. 11, 2020.

NYE, J. S. **Soft Power**: The Means to Success in World Politics. Cambridge: Public Affairs, 2004.

NYE, J. S. Public diplomacy and soft power. **Annals of the American Academy of Political and Social Science**, v. 616, n. 1, p. 94–109, 2008.

PERLOFF, R. M. **The Dynamics of Persuasion** - Communication and Attitudes in the 21st Century. 6th Editio ed. New York: Routledge, 2017.

PEVEHOUSE, J. C. Democracy from the Outside-In? International Organizations and Democratization. **International Organization**, v. 56, n. 3, p. 515–549, 2002a.

PEVEHOUSE, J. C. With a Little Help from My Friends? Regional Organizations and the Consolidation of Democracy. **American Journal of Political Science**, v. 46, n. 3, p. 611–626, 2002b.

PEVEHOUSE, J. C. **Democracy from Above** - Regional Organizations and Democratization. New York: Cambridge University Press, 2005.

POTRAFKE, N. Does government ideology influence political alignment with the U . S .? An empirical analysis of voting in the UN General Assembly. **Review of International Organizations**, v. 4, p. 245–268, 2009.

POWELL, C. L. **Statement on International Education Week 2001**, 2001. Disponível em: <<https://2001-2009.state.gov/secretary/former/powell/remarks/2001/4462.htm>>. Acesso em: 4 mar. 2020

RICHMOND, Y. **Cultural Exchange and the Cold War**: Raising the Iron Curtain. University Park: Pennsylvania State University Press, 2003.

RUBY, T. Z.; GIBLER, D. US professional military education and democratization abroad. **European Journal of International Relations**, v. 16, n. 3, p. 339–364, 2010.

SELLTIZ, C. *et al.* **Attitudes and Social Relations of Foreign Students in the United States**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1963.

STRYKER, S.; STATHAM, A. Symbolic Interaction and Role Theory. *In*: LINDZEY, G.; ARONSON, E. (Eds.). . **The Handbook of Social Psychology**. New York: Random House, 1985. p. 311–378.

SUSSKIND, L. **Environmental Diplomacy**: Negotiating More Effective Global Agreements. London: Oxford University Press, 1994.

THACKER, S. C. The high politics of IMF lending. **World Politics**, n. 52, p. 38–75, 1999.

TURNER, J. C. **Rediscovering the Social Group**. Oxford: Basil Blackwell, 1987.

UNITED STATES DEPARTMENT OF STATE (2018). **Voting Practices in the United Nations 2017** - Report to Congress Submitted Pursuant to Public Laws 101-246 and 108-447. Disponível em: <<https://www.state.gov/wp-content/uploads/2019/05/Voting-Practices-in-the-United-Nations-2017.pdf>>. Acesso em: 3 abr. 2020.

WANG, X.-L. Cultural Mediators or Marginal Persons? **Geographical Review**, v. 81, p. 292–303, 1991.

WATSON, J.; LIPPITT, R. Cross-Cultural Experience as a Source of Attitude Change. **Journal of Conflict Resolution**, v. 2, p. 61–66, 1958.

WILSON, E. C.; BONILLA, F. Evaluating Exchange of Persons Programs. **The Public Opinion Quarterly**, v. 19, n. 20–30, 1955.

WITTKOPF, E. R. Foreign Aid and United Nations Votes: A Comparative Study. **American Political Science Review**, v. 67, n. 03, p. 868–888, 1973.

WOJCIUK, A.; MICHAŁEK, M.; STORMOWSKA, M. Education as a source and tool of soft power in international relations. **European Political Science**, v. 14, n. 3, p. 298–317, 2015.

YOUNG, O. The Effectiveness of International Institutions: Hard Cases and Critical Variables. *In*: ROSENAU, J. N.; CZEMPIEL, E. O. (Eds.). . **Governance Without Government**: Order and Change in World Politics. Cambridge: Cambridge University Press, 1992. p. 160–194.

YULE, G. U.; KENDALL, M. G. **An introduction to the theory of statistics**. London: Charles Griffin, 1937.

The Flexibility of Vietnam’s Tactics in Relation with the QUAD at the End of the Term of U.S. President D.Trump



A flexibilidade das táticas do Vietnã em relação ao QUAD no final do mandato do presidente dos EUA, D.Trump

Bui Hai Dang¹
Luc Minh Tuan²
Tran Xuan Hiep³

DOI: 10.5752/P.2317-773X.2022v10n3p21-33

Recebido em: 29 de maio de 2022
Aprovado em: 03 de abril de 2023

ABSTRACT

The restoration of the Quad Allies (Quad) in 2020 shows the changes in the size and quality of the Quad in the last period of the US President Donald Trump’s term. In particular, the possibility of expanding membership of this bloc (under the Quad + structure) is increasingly concerned when Vietnam is being encouraged by all four Quad member countries to enhance bilateral and multilateral interactions. side. This paper is to analyze the main moves in the interaction between Vietnam and the Quad in particular and within the Quad in general. Two methodologies mainly used in the article are the research of motivation (in part 1 and 2) and retracing approach (in part 2). The article will be structured in 3 parts: Part 1 focuses on clarifying the the major trends of the Quad through the main move is intra-regional interactions through the Quad Foreign Ministers Meeting (October 4-6, 2020), part 2 focuses on analyzing Vietnam’s tactic to reduce constraints through dynamic interactions with the Expanded Quad (Quad +), and part 3 gives recommendations for Vietnam’s foreign policy towards the Quad in the near future.

Keywords: Vietnam, USA, Quad, militarization, foreign tactics

RESUMO

A restauração do Quad Allies (Quad) em 2020 mostra as mudanças no tamanho e na qualidade do Quad no último mandato do presidente dos EUA, Donald Trump. Em particular, a possibilidade de expandir a adesão deste bloco (sob a estrutura Quad +) está se tornando mais preocupante, pois os quatro países membros do Quad incentivam o Vietnã a aprimorar as interações bilaterais e multilaterais. Este artigo analisa os principais movimentos na interação entre o Vietnã e o Quad em particular, e dentro do Quad em geral. As duas principais metodologias utilizadas no artigo são a pesquisa de motiva-

1. Department of International Relations, VNUHCM- University of Social Sciences and Humanities, Vietnam. E-mail: haidang2508@gmail.com.

2. Department of International Relations, VNUHCM- University of Social Sciences and Humanities, Vietnam. E-mail: lucminhtuan@gmail.com.

3. Faculty of International Relations, Dong A University, Vietnam. E-mail: hieptx@donga.edu.vn.

ção (nas partes 1 e 2) e a abordagem de rastreamento (na parte 2). O artigo será estruturado em 3 partes: A Parte 1 se concentra em esclarecer as principais tendências do Quad por meio do principal movimento das interações intrarregionais por meio da Reunião de Ministros das Relações Exteriores do Quad (4 a 6 de outubro de 2020), A Parte 2 se concentra sobre a discussão da tática do Vietnã para reduzir as restrições por meio de interações dinâmicas com o Quad ampliado (Quad +), e a Parte 3 fornece recomendações para a política externa do Vietnã em relação ao Quad no futuro próximo.

Palavras-chave: Vietnã, EUA, Quad, militarização, táticas estrangeiras

1. The tendency increased influence in the Quad at the end of the term of US President D. Trump

The visit of US Secretary of State M. Pompeo to Japan (October 4-6) to attend the 2nd Foreign Ministers Meeting of the Quartet (Quad) is considered as an important milestone for the relationship between the US – Japan in particular and the process of institutionalizing the Quad in general. The visit also occurs at a favorable time for the shaping of an “Asian NATO” framework to counter security threats in the region (according to U.S. Deputy Secretary of State Stephen Biegun said on 31/02). 8) (M. BHADRAKUMAR, 2020), in which the greatest “common denominator” is still to contain China’s assertive behaviors when this country is simultaneously escalating conflicts with Australia, Japan and India in the second half of 2020.

However, Pompeo’s active bilateral and multilateral diplomatic activities during the three working days in Japan did not bring the desired results when the Conference failed to produce a joint statement, and an “Asian NATO” framework is also not mentioned in any official press release (BHIM BHURTEL, 2020). There are three reasons for this result:

1.1. The US failed to promote the militarization of the Quad

If in the past the US government often only officially recognized that the establishment of security partnership/dialogue frameworks such as the Quad aimed at less sensitive common security goals of the region, then Deputy Secretary of State Stephen Biegun on August 31 publicly acknowledged the progress of building a version of a military alliance like NATO in the Indo-Pacific based on the original Quad framework with small-scale and neutral foundational cooperation (U.S. DEPARTMENT OF STATE, 2020A). This admission refutes all of the State Department’s discourses on neutrality and the previous Quad model of security dialogue that did not aim to shape military alliances against any country (US DEPARTMENT OF STATE, 2019B).

Such a change of stance shows that the US side has regarded this to be the right time to: (i) maximize the rising “anti-China” sentiments in India, Japan and Australia into specific activities “anti-China” in many areas; (ii) push the remaining countries in the Quad into a “ready position” in the “militarization/institutionalization” of the

Quad in accordance with public opinion on the China threat that was highly amplified by the US at the previous 75th United Nations General Assembly meeting (N. HUET, 2020), and (iii) promote quadrilateral cooperation from ordinary, less sensitive, small-scale cooperation areas to areas of strategic, sensitive, large-scale cooperation. However, the reality shows that although the US has chosen the right time, it overly underestimated the ability of the remaining partners in the Quad to make independent decisions.

Specifically, Mr. Biegun’s speech on August 31 immediately “activated” the defense mechanism of the remaining countries in the Quad when they did not want to become a “proxy battlefield” in the conflict affecting the US – China (this would cause these countries to suffer from unwanted and uncontrollable damage in the context that they have to directly deal with bilateral economic, military and political pressures from China). This mechanism consists of two groups of activities: (i) minimizing cooperation that directly affects China’s strategic profits and (ii) promoting the process of institutionalizing the Quad in a direction beyond the capabilities of the US control.

1.2. India, Japan and Australia have actively found ways to reduce the four-way consensus that directly affects China

Two different points of view between US Secretary of State M. Pompeo and his Indian and Australian counterparts can be obviously observed in his speech on the eve of the Quad Conference (US DEPARTMENT OF STATE, 2020d): (m1) Pompeo attacked directly to China’s ruling party, (m2) Pompeo mentioned a series of specific areas where China is engaged in misbehavior including the East Sea, East China Sea, Mekong River, Himalayas, Taiwan Strait ; and (m3) isolate 5G telecom infrastructure cooperation and global supply chain from China. However, at the conclusion of the Conference of the host country Japan (MINISTRY OF FOREIGN AFFAIRS OF JAPAN, 2020b): (n1) did not include any content attacking China or the ruling party, (n2) only exchanged (disagree) security views on North Korea, East China Sea and East Sea and (n3) only agreed to continue cooperation in the field of health against COVID-19, digital economy, regional structure led by ASEAN, the participation of European countries in the “free and open Indo-Pacific”, quality of infrastructure, maritime security, counter-terrorism, cyber security, rescue.. and many other less sensitive areas. In particular, the fact that the announcement did not mention security issues in (n2) related to Xinjiang, Taiwan, Mekong and Himalaya in this Conference shows that the possibility of the remaining parties in the Quad has reduced highly sensitive discussions with China (while the East Sea and East China Sea issues are less sensitive).

In addition, the Japanese announcement did not mention the contents of cooperation discussions in (n3) on 5G telecommunications network infrastructure and the demand to improve the supply chain as the content of the Quad phone call (on 25th) (US DEPARTMENT OF STATE, 2020c) also showed the high possibility that these are two

contents that do not result in general consensus in this Conference. Furthermore, among the three countries, India, Japan and Australia, there seems to be a “role casting” to both prevent the US from reaching a multilateral consensus on highly sensitive issues at the Conference, but still “satisfy the US on bilateral relations when Japan agreed to the “basic concept” of the US 5G Clean Path Initiative within the framework of communication between diplomatic offices (JAPAN’S MINISTRY OF FOREIGN AFFAIRS, 2020b), India indicates the possibility of signing the Basic Exchange and Cooperation Agreement for Geo-Spatial Cooperation (BECA) at the US-India 2+2 Ministerial Dialogue on October 26-27 (S. GUPTA, 2020), and Australia is the only country allowed the US to mention China’s “aggressive actions” in the bilateral discussion (US DEPARTMENT OF STATE, 2020b). Thus, after the Conference, the US was still not “distrusted” even though it did not achieve the “package” goals as set out.

1.3. India, Japan and Australia strengthen their absolute influence on the internal structure of the Quad

Firstly, all three countries still implicitly expressed their support for a conditional step-by-step militarization roadmap when Japan offered to hold the Quad Defense Ministers Meeting (in exchange for desiring the US and Japan to develop together 03 sea defense bases to replace the previous Aegis Ashore system on land) (KYODO NEWS, 2020). Japan is also the side that simultaneously sent warships and submarines to anti-submarine exercises in the East Sea (ANH THU, 2020) to coordinate with US ships to carry out FONOPS in Hoang Sa (BAO DUY, 2020) right after this Quad Conference. Meanwhile, India is promoting activities to invite Australia to participate in the annual exercise Malabar (with the US and Japan participating) (S. MIGLANI – K. NEEDHAM, 2020) in order to easily reinforce the perception for the US side that progress of “militarizing” the Quad is being implicitly agreed.

Second, strengthen the bilateral cooperation axes in the direction of self-reliance (not dependent on the US) between India – Japan, India – Australia and Japan – Australia: in which the Indo-Japan axis plays a key role with the number of cooperation pillars (have established a common vision for the Indo-Pacific Initiative – IPOI and cooperation pillars on high-quality infrastructure, finance, health, maritime security, especially cooperation in digital technologies such as 5G network, artificial intelligence – AI, Internet of things – IoT) (A. BHAUMIK, 2020) is much better than the US – Japan axis (only 3 pillars of energy, digital economy and cooperation between the US – Japan – Mekong sub-region), while the India – Australia and Japan – Australia axes continue to be improved (without the participation of the US). Specifically, India and Australia recently signed a Defense Agreement to upgrade their bilateral relationship to a Comprehensive Strategic Partnership (CSP), a Mutual Logistics Support Agreement (MLSA) with agreements on defense science and technology. Meanwhile, the

Japanese Foreign Minister met with the Australian Foreign Minister on the sidelines of this Quad Conference to strengthen the potential strategic relations between the two countries and the possibility of cooperation in the South Pacific island chains.

Third, all three countries are building outward “relationship triangles” to gradually “multilateralize” the Quad structure out of the orbit of the US influence: in which (i) to the central structure of the Quad: India’s continuous refusal to establish the US-India-Australia triangle since 2011 (R. PANDIT, 2011) and the birth of the Supply Chain Resilience Initiative (SCRI) (RP. RAJAGOPALAN, 2020) at the Indo-Japan strategic dialogue on October 7, has made Japan currently the only country in the remaining three “triangles” of the Quad: the Japan- US- India triangle in terms of connectivity infrastructure, the Japan – US – Australia triangle also in terms of infrastructure (P. MCCAWLEY, 2019), and the Japan – India – Australia triangle in the New Supply Chain Initiative (INDIAN MINISTRY OF FOREIGN AFFAIRS, 2020a); (ii) for external “triangle” structures related to the Quad, India has also established two partnership triangles India – Australia – Indonesia (AUSTRALIAN DEPARTMENT OF FOREIGN AFFAIRS AND TRADE, 2019) and India – Australia – France (INDIAN MINISTRY OF FOREIGN AFFAIRS, 2020b) to strengthen the Indo-Australia axis to counterbalance instead of letting the Quad structure leans towards the US – Japan axis (with two partnership triangles US – Japan – Korea and the US – Japan – Mongolia) (US DEPARTMENT OF STATE, 2017) and (iii) all three countries India, Japan and Australia all support the content of non-military cooperation (in the mentioned n3 content group) in which the construction of the Japan – India – Australia triangle on the supply chain is the first step for the trend of promoting “demilitarization” or “softening” of the Quad.

Thus, through this Conference, it can be clearly seen that the active efforts of all three countries including India, Japan and Australia in transforming the Quad’s structure in the direction of “centrifugation” away from the coordination of the US. Although India, Japan and Australia are all taking turns to cooperate with the US on each of the small goals in the Quad, they tend to delay the process of “militarizing” the Quad in general. The US side also seems to have an alternative when it has built a series of “strategic triangles” based on the US – Japan axis (such as the US – Japan – India, the US – Japan – Australia, the US – Japan – Korea, The US – Japan – Mongolia) to “replace the framework” for the Quad when seeing the delay in the progress of this block’s institutionalization, however, both India – Australia and India – Japan axes have also built “strategic triangles” which has a counterbalancing nature (such as the Indo-Australia-Japan triangle, India-Australia-France, India-Australia-Indonesia) and is likely to shape the Indo-Japan-Russia triangle in the near future (S. PARASHAR, 2020). Therefore, no matter how the US builds the framework of the “Asian NATO”, the three countries India, Japan and Australia also have solutions to counterbalance and reduce dependence on US coordination as well as reduce the possibility of intense

escalation to shape military blocs rivaling China. Consequently, Vietnam's flexible behavior in interacting with the previous Quad+ co-operation mechanism on Covid-19 is completely consistent with the centrifugal trend in the internal structure of this block.

2. Flexible response of Viet Nam in the expansion of Quad.....

The news that Viet Nam was invited to join Expanded Quad is currently grasping the attention of regional and international public opinion, focusing on three small points: (1) the US is "politicizing" multi-field cooperation institutions to utilize the third wave of "Chinese escape" within the framework of the Quad's functional cooperation, and (2) China's reaction to "politicizing" activities. The wave of "Chinese escape" of Quad+ led by the US and (3) Vietnam agreed to participate Quad+ at the active invitation of the US.

These implications have implicitly created public opinion "politicizing" the event Viet Nam participates in the activities of the expanded Quad, triggers inferences that Viet Nam currently has to take sides in the upcoming "Cold War 2.0" – an outdated argument foundation which is common in the 90s but will cause misunderstandings, misperception and miscalculation. This is especially sensitive to Vietnam-China relations in particular and Vietnam's "non-aligned" foreign identity/reputation in general, even affecting Vietnam's "multilateralization" strategy towards other countries. Therefore, the use of the traceability method to clearly analyze the implications in order to understand the positions of each side and propose solutions for Vietnam is an urgent research work.

2.1. Analysing the origin of the event

Initially, the origin of the point (1) bases on the context that US is promoting simultaneously 3 trends that are greatly affecting international politics in the first half of 2020: (i) "politicizing" the areas of bilateral strategic competition with China in terms of trade (from June 2018) (P.ANH, 2018) and technology (from May 2019) (T.HANG, 2019); (ii) "institutionalizing" new waves of "Chinese escape" at the multilateral level of the India-Pacific region in the field of infrastructure (from November 2019) (J. LYN, 2020); and (iii) "unipolarizing" global leadership efforts to deal with the Covid-19 pandemic on the part of the US government (issued from April 2020).

In which, trend (i) not only plays the role of reducing the interdependence between the US and China but also accelerates the wave of "Chinese escape" (ii). The trend (ii) is the process of expanding the cooperation function of the Quad (or "softening" the fundamental security cooperation function of the Quad) and restructuring the Quad block towards an open but dependent on the agenda from the superstructure (similar to the ASEAN Expansion cooperation or ASEAN+). And trend (iii) represents an effort to make the Quad become the sole representative in the current essential field of cooperation is

the prevention of Covid-19, as a pilot to make the Quad become a key leadership axis the process of global "Chinese escape". Therefore, all three trends, shaping the point (1) has created a clear perception of the process of establishing a comprehensive (multi-sectoral) strategic threat platform from the Quad (not just limited to security or infrastructure as before) from the outlook of the Chinese government.

Secondly, the origin of the point (2) derives from 3 trends: (i) the recognition of the campaign to attribute unilateral responsibility from the US and its allies for the outbreak of the Covid-19 pandemic to China (GLOBAL TIMES, 2020), (ii) the multilateral support of Quad members (J.MALHOTRA, 2020) requires China to transparently explain its responsibility for the Covid-19 pandemic and (iii) a harsh response from China to any US activities related to taking advantage of Covid-19 to fight China (GLOBAL TIMES, 2020). These three trends have created China's perception of the US integrating more global cooperation initiatives on Covid-19 into the Quad to carry out activities to restrain China, requiring China to respond quickly and drastically.

Thirdly, the origin of the point (3) is quoted by the public (N. DANG, 2020) from the 03 following outstanding information: (i) reported by the Times of India (India) The first phone call (March 20) (I. BAGCHI, 2020a) and the second (March 28) (I. BAGCHI, 2020b) conducted by US Deputy Secretary of State Steve Biegun with high-ranking representatives from the Quad and three external representatives (Vietnam, New Zealand, South Korea) which self-referred to as the "Quad Plus" to discuss the prevention of Covid-19; (ii) published by Reuters (May 4) (H. PAMUK – A.SHALAL, 2020) on the confirmation of US Secretary of State M. Pompeo (speech on April 29) that the US, Japan, India, Australia and three countries Vietnam, New Zealand and South Korea are discussing about restructuring the global supply chain with the initiative "Economic Prosperity Network (EPN)"; and (iii) the confirmation (May 14) (N. NHAM, 2020) from the Ministry of Foreign Affairs of Vietnam about participating in unofficial phone calls with 6 countries (USA, Japan, Korea, India, Australia, New Zealand) to discuss the Covid-19 pandemic situation and post-pandemic economic recovery measures.

These three pieces of information not only highlight Vietnam's participation in activities that tend to contain China coordinated by the US, but also highlight the ability to access the superstructure of the Quad - the focus of the direction of the US, making it easier for the point (3) to create the implication that Vietnam actually agreed to initially join the US initiatives to contain China as a country advising the superstructure of the Quad block, complete the logic circuit from (1) to (2) and (3).

2.2. Vietnam's flexible foreign affair strategy in interacting with the Quad +

Firstly, Vietnam has not yet officially participated in the activities of the Quad Expansion. Obviously, Vietnam only sent senior officials to attend the unofficial phone call of the US Deputy Secretary of State

on March 20 and March 28 to share experiences in dealing with the Covid-19 pandemic, but when it came to the official meeting of Foreign Ministers on post-Covid-19 economic recovery activities conducted by the Quad +, the Foreign Minister of Vietnam (and New Zealand) did not attend, instead the representatives of Brazil and Israel (JAPANESE MINISTRY OF FOREIGN AFFAIRS, 2020a). Only Korean representatives attended fully the Covid-19 cooperation activities within the framework of the Quad Expansion. A spokesperson for the Ministry of Foreign Affairs of Vietnam on May 14 also confirmed that Vietnam's participation only stopped at "unofficial" phone calls. Therefore, it can be seen that Vietnam is still steadfast in its neutral position in international cooperation, and has realized the political nature within the structure of the new Quad (using essential multi-field cooperation networks to draw small countries into the traditional and non-traditional security orbit generally coordinated by the Quad) should stop at information sharing and limit operations to the framework of "cooperation mechanisms, exchange, and phone call in a constructive and responsible spirit" (THANH HA, 2020). Therefore, point (3) is an incorrect inference of international and regional public opinion, although point (1) and (2) are two highly persuasive cognitive foundations.

Second, the frameworks of "contain China" built and advocated by the US are only superficial to attract public opinion, but have yet created an effective threat to China on a pragmatic basis. The US is in the pilot phase of creating a series of institutions such as the Blue Dot Network among the US - Japan - Australia (officially announced in November 2019 to compete with China's BRI) (J. LYN, 2020), as well as the idea of advocating for cooperation in infrastructure connecting the US - India - Japan (JAI) since 2018 has not yet produced results because of many differences in India's calculations (J. PANDA, 2019). Even the EPN initiatives are still in the early stages of advocating (despite having a financial background from US-based funds), while the concept of the Quad+ has many precedents since 2013 (N. DANG, 2020) but completely lacks the institutional framework and agenda, now limited to working only within the framework of phone calls. Many viewpoints also believe that the idea of the Quad Expansion is still at a rudimentary level, even just helping to supplement the "communication corridor" for India's relations with Vietnam, South Korea, Brazil, Israel, but does not have much impact on the overall strategy of the Indians (J. PANDA, 2020), and simultaneously promotes the process of "demilitarization" or "softening" the Quad that the US actually does not want (RAJESWARI PILLAI RAJAGOPALAN, 2020). This causes the argument point (1) to be reduced seriously.

Third, China has not actually had an official response to Quad+ by the time the bloc holds an official ministerial-level phone call (May 2020). All official statements of the Chinese side at this time only repeats the harsh response to the countries participating in the media campaign attributing the responsibility for the Covid-19 pandemic to China, unintentionally including the US, Japan, India and Australia

(x5 trend) and international media have arbitrarily grouped into information that China opposes the Quad + block. Chinese media at May 2020 have many indications that they know how to distinguish disadvantageous interactions in the Covid-19 issue at the bilateral level (with each country in the Quad) and multilaterally (the whole Quad). Even an editorial criticizing the US's multilateral initiatives from China International Television's news site - CGTN (May 4) had to borrow the words of a Russian author to accuse the US of utilizing the shell of Covid-19 to create an EPN to promote supply chain changes toward China's disadvantage (NHAT DANG, 2020). Therefore, the point (2) is just an inference based on information inflated by international media on the basis of real trends.

These three statements have clarified: (i) Vietnam's initiatives in identifying the true nature of the Quad+ as well as the steps demonstrating clearly the country's friendly neutral foreign policy, (ii) The US really intends to use Covid-19 to entice countries to participate in the Quad + but has not had any considerable results and (iii) China actually keeps a cautious attitude toward responding to moves relating to the Quad+ to reduce "miscalculation" with countries whose geostrategic position is important to them (like Vietnam).

3. Several suggestions for Vietnam's foreign defense strategy in interacting with the Quad in the coming time

Firstly, the trend of "Chinese escape" is still happening without the US push (mainly the first wave with additional impact from the second and third wave), so Vietnam does not need to join the new supply chain mechanism coordinated by the US or the Quad (always with civil society conditions and priority for private corporations, as well as terms of "contain China"), but only need to prepare supporting industrial and high-tech ecological platforms to catch the shift.

Secondly, due to the supply chain segment that countries in the Quad (as well as the EU) are campaigning to move with many different points, at a time when all businesses are facing financial difficulties with Covid-19 so the fact that the campaign to move the supply chain during the Covid-19 period has had very limited effectiveness (despite being heavily promoted by the Western media due to the fact that it captures the general sentiment of public discontent with China). Therefore, Vietnam needs to counter-delineate between information of practical value and information that only has the value of disturbing public opinion (used by the parties to overwhelm the other party's mentality but when carefully studied, there is no or have little practical value).

Third, Vietnam may consider mobilizing parties to participate in functional activities of the Quad (Quad +) to promote the trend of "softening" the Quad to the point of no return. The existence of a multi-field cooperation mechanism coordinated by the US in addition to the mechanisms in which China has influence in the region will help shape a balance-to-balance order in non-traditional security fields.

(unlikely to turn into a “hard collision”) is also a suitable direction for Vietnam’s strategy of “multilateralization” and balancing the parties.

Fourth, in the context that the US - China institutions are balancing - counterbalancing, it will create empty space and time for ASEAN to perfect the functional cooperation mechanisms coordinated by this Association. The remaining 6 months of the “double year” is a good opportunity for Vietnam to link the bridge the US-China mechanisms with ASEAN (or “step-by-step ASEANization”). That is, instead of asking questions whether joining or not participating in the Quad+ in the field of Covid-19, within Southeast Asia, the countries participating in the Quad+ will have to ask the opposite question whether to participate in Covid-19 cooperation with ASEAN or not?

Fifth, Vietnam and ASEAN should understand the trend of “demilitarization” and “de-Americanization” of the Quad that are being carried out by India, Japan and Australia to gradually coordinate with these trends to promote the “centrifugation” in the Quad out of the original orbit controlled by the US.

Sixth, Vietnam as a country with a lot of experience in effective COVID-19 prevention and one of the rare safe destinations of the supply chain during the post-pandemic recovery period of the world economy (with impressive economic growth) can share experiences in order to participate in supply chain initiatives (SCRIs) of the Indo-Japan axis (or other initiatives that India-Japan or India - Australia is the main axis) with ASEAN countries, or participate more in the non-military cooperation mechanisms of the Quad + to gradually “soften” and “ASEANize” the Quad in the direction that the US cannot be irreversible.

Seventh, Vietnam should be well aware that despite trying to delay efforts to “militarize” the Quad, the three countries India, Japan and Australia still have to support/participate individually in upcoming US military activities in the East Sea (although they will keep these activities from having all four parties), so they should not react strongly or make disadvantageous diplomatic statements for India, Japan and Australia in FONOPS or an expanded military exercise of Quad members in the East Sea (usually the West Philippine Sea) in the near future.

Eighth, Vietnam needs to pay close attention to the “strategic triangles” that the US is creating in the region to serve as the foundation for the “Asian NATO” (whether Biden or Trump is elected, the strategy to build the US’s Asian alliance system is still in progress) to replace the Quad in the future to take appropriate precautions, while avoiding participation in these triangles in the early stages.

Conflicts of interest

The authors declare that there are no conflicts of interest regarding the publication of this article.

References

- ANH THU. 2020. “Nh t t p tr n ch ng tàu ng m Bi n Đông” [Japan conducts anti-submarine drills in the East Sea]. Young Newspaper. Available from: <<https://tuoitre.vn/nha-t-tap-tran-chong-tau-ngam-o-bien-dong-20201010132057249.htm>>. Access on: 15 Aug. 2021.
- ANIRBAN BHAUMIK. 2020. “India, Japan finalise pact for cooperation in 5G tech, AI and critical information infra”. Deccanherald. Available from: <<https://www.deccanherald.com/national/india-japan-finalise-pact-for-cooperation-in-5g-tech-ai-and-critical-information-infra-898622.html>>. Access on: 15 Aug. 2021.
- AUSTRALIAN DEPARTMENT OF FOREIGN AFFAIRS AND TRADE. 2019. **Third India-Australia-Indonesia Trilateral Senior Officials’ Dialogue**. Available from: <<https://www.dfat.gov.au/news/media/Pages/third-india-australia-indonesia-trilateral-senior-officials-dialogue>>. Access on: 23 Aug. 2021.
- BAO DUY. 2020. “Tàu khu tr c M thách th c Trung Qu c Hoàng Sa” [US destroyer challenges China in Paracels]. Young Newspaper. Available from: <<https://tuoitre.vn/tau-khu-truc-my-thach-thuc-trung-quoc-o-hoang-sa-20201009223708657.htm>>. Access on: 16 Aug. 2021.
- BHIM BHURTEL. 2020. “Asian NATO’ plan stillborn at Tokyo Quad meet”. Asia Times. Available from: <<https://asiatimes.com/2020/10/asian-nato-plan-stillborn-at-tokyo-quad-meet/>>. Access on: 15 Aug.2021.
- GLOBAL TIMES. 2020. **US COVID-19 accountability act against China irresponsible and immoral**: FM. Available from: <<https://www.globaltimes.cn/content/1188265.shtml>>. Access on: 15 Sept. 2021.
- HUMEYRA PAMUK - ANDREA SHALAL. 2020. **Trump administration pushing to rip global supply chains from China**: officials. Reuters. Available from: <<https://www.reuters.com/article/us-health-coronavirus-usa-china/trump-administration-pushing-to-rip-global-supply-chains-from-china-officials-idUSKBN22G0BZ>>. Access on: 23 Aug. 2021.
- INDRANI BAGCHI. 2020a. **India joins hands with NZ, Vietnam, S Korea to combat pandemic**. Times of India. Available from: <<https://timesofindia.indiatimes.com/india/india-joins-hands-with-nz-vietnam-s-korea-to-combat-pandemic/articleshow/74740424.cms>>. Access on: 27 Aug. 2021.
- INDRANI BAGCHI. 2020b. **India, Quad-Plus countries discuss Covid-19 battle, economic resurgence**. Times of India. Available from: <<https://timesofindia.indiatimes.com/india/india-quad-plus-countries-discuss-covid-19-battle-economic-resurgence/articleshow/74861792.cms>>. Access on: 27 Aug. 2021.
- JAGANNATH PANDA. 2019. **‘JAI’, the Quad and China**: Understanding the Undercurrents. German Institute for International and Security Affairs. Available from: <https://www.swpberlin.org/fileadmin/contents/products/projekt_papiere/BCAS_2019_Panda_Quad_and_China.pdf>. Access on: 4 Sept. 2021.
- JAGANNATH PANDA. 2020. **India and the ‘Quad Plus’ Dialogue**. RUSI. Available from: <<https://rusi.org/commentary/india-strategic-quad>>. Access on: 4 Sept. 2021.
- JENNIFER LYN. 2020. **US Blue Dot Network to counter China’s BRI**. Asia Times. Available from: <<https://asiatimes.com/2020/05/us-blue-dot-network-to-counter-chinas-bri/>>. Access on: 4 Sept. 2021.
- JYOTI MALHOTRA. 2020. **China is feeling the heat over Covid-19** — from Japan to Australia. But India’s hands are full. The Print. Available from: <<https://theprint.in/opinion/global-print/china-is-feeling-the-heat-over-covid-19-from-japan-to-australia-but-indias-hands-are-full/401126/>>. Access on: 4 Sept. 2021.
- KYODO NEWS. 2020. **Japan, U.S. agree to work on alternative to Aegis Ashore plan**. Available from: <<https://english.kyodonews.net/news/2020/10/159accfe7c2b-japan-us-agree-to-work-on-alternative-to-aegis-ashore-plan.html>>. Access on: 27 Aug.2021.
- MINISTRY OF FOREIGN AFFAIRS OF INDIA. 2020a. **13th India-Japan Foreign Ministers’ Strategic Dialogue**. Available from: <<https://www.mea.gov.in/pressreleases.htm?dtl/33100/13th+IndiaJapan+Foreign+Ministers+Strategic+Dialogue>>. Access on: 16 Aug. 2021.
- MINISTRY OF FOREIGN AFFAIRS OF INDIA. 2020b. **1st Senior Officials’ India-France-Australia Trilateral Dialogue**. MEA. Available from: <<https://www.mea.gov.in/press-releases.htm?dtl/32950/1st+Senior+Officials+IndiaFranceAustralia+Trilateral+Dialogue>>. Access on: 16 Aug. 2021.

MINISTRY OF FOREIGN AFFAIRS OF JAPAN. 2020a. **Meeting on the Novel Coronavirus Disease among Foreign Ministers of Interested Countries Hosted by the United States**. Available from: <https://www.mofa.go.jp/press/release/press4e_002806.html>. Access on: 17 Aug. 2021.

MINISTRY OF FOREIGN AFFAIRS OF JAPAN. 2020b. **Japan-U.S. Foreign Ministers' Meeting**. Available from: <https://www.mofa.go.jp/press/release/press4e_002926.html>. Access on: 17 Aug. 2021.

MK BHADRAKUMAR. 2020. **India gains nothing from an 'Asian NATO'**. Times of India. <<https://asiatimes.com/2020/09/india-gains-nothing-from-an-asian-nato/>>. Access on: 6 Sept. 2021.

NATALIE HUET. 2020. **"UN chief warns over threat of new Cold War between US and China"**. Euro News. Available from: <<https://www.euronews.com/2020/09/22/un-chief-warns-over-threat-of-new-cold-war-between-us-and-china>>. Access on: 6 Sept. 2021.

NGUYEN NHAM. 2020. **Tham gia "B t m r ng" có là c h i cho Vi t Nam? [Is joining the "Expanded Quartet" an opportunity for Vietnam?]**. Communist Party of Vietnam Online Newspaper. Available from: <<https://dangcongsan.vn/cung-ban-luan/tham-gia-bo-tu-mo-rong-co-la-co-hoi-cho-viet-nam-555568.html>>. Access on: 10 Sept. 2021.

NHAT DANG. 2020. **M tái c u trúc chu i cung ng ? [The US restructures the supply chain?]**. Young Newspaper. Available from: <<https://tuoitre.vn/my-tai-cau-truc-chuoi-cung-ung-20200506085535756.htm>>. Access on: 10 Sept. 2021.

PETER MCCAWLEY. 2019. **Connecting the dots on the Blue Dot Network**. The Interpreter. Available from: <<https://www.lowyinstitute.org/the-interpreter/connecting-dots-blue-dot-network>>. Access on: 10 Sept. 2021.

PHUONG ANH. 2018. **M tuyên b áp thu 25% v i 50 t USD hàng hóa Trung Qu c [The US announced to impose 25% tariffs on \$50 billion of Chinese goods]**. VOV. Available from: <<https://vov.vn/the-gioi/my-tuyen-bo-ap-thue-25-voi-50-ty-usd-hang-hoa-trung-quoc-775206.vov>>. Access on: 11 Sept. 2021.

RAJAT PANDIT. (2011). **India snubs trilateral security pact with Australia, US to check China**. The Economic Times. Available from: <<https://economictimes.indiatimes.com/news/politics-and-nation/india-snubs-trilateral-security-pact-with-australia-us-to-check-china/articleshow/10954852.cms>>. Access on: 11 Sept. 2021.

RAJESWARI PILLAI RAJAGOPALAN. 2020. **Australia-Japan-India Trilateral Sets Sights on Supply Chain Resilience**. The Diplomat. Available from: <<https://thediplomat.com/2020/10/australia-japan-india-trilateral-sets-sights-on-supply-chain-resilience/>>. Access on: 11 Sept. 2021.

SACHIN PARASHAR. 2020. **India hopes Russia will join Indo-Pacific with Japan trilateral**. The Times of India. Available from: <<https://timesofindia.indiatimes.com/india/india-hopes-russia-will-join-indo-pacific-with-japan-trilateral/articleshow/77450048.cms>>. Access on: 12 Sept. 2021.

SANJEEV MIGLANI - KIRSTY NEEDHAM. 2020. **Australia will join naval drills involving India, U.S., Japan. Reuters**. Available from: <<https://www.reuters.com/article/india-military-exercises-idUSKBN2741J1>>. Access on: 12 Sept. 2021.

SHISHIR GUPTA. 2020. **India-US 2 plus 2 on Oct 26-27, geospatial pact BECA to be signed**. The Hindustan Times. Available from: <<https://www.hindustantimes.com/india-news/third-india-us-2-2-talks-likely-on-october-26-27-pact-on-geo/story-fSBiUWocOwIZ-9wfgzw8d4K.html>>. Access on: 12 Sept. 2021.

THANH HA. 2020. **"Vi t Nam thông tin v vi c tham gia i n àm "B t kim c ng m r ng"** [Vietnam's information about participating in the phone call "The Diamond Quad"]. Lao Dong Newspaper. Available from: <<https://laodong.vn/the-gioi/viet-nam-thong-tin-ve-viec-tham-gia-dien-dam-bo-tu-kim-cuong-mo-rong-805419.ldo>>. Access on: 16 Aug. 2021.

THU HANG. 2019. **Chi n tranh công ngh : Trung Qu c thì t tr c m t, M thua ng dài [Technology war: China loses in the short term, the US loses in the long run]**. News. Available from: <<https://baotintuc.vn/phan-tichnhan-dinh/chien-tranh-cong-nghe-trung-quoc-thiet-truoc-mat-my-thua-duong-dai-20191221084757337.htm>>. Access on: 12 Sept. 2021.

U.S. DEPARTMENT OF STATE. 2017. **Joint Statement: U.S.-Japan-Mongolia Trilateral Meeting**. Available from: <<https://2017-2021.state.gov/joint-statement-on-the-u-s-japan-mongolia-trilateral-meeting/index.html>>. Access on: 17 Aug. 2021.

U.S. DEPARTMENT OF STATE. 2019b. **Readout of U.S.-Australia-India-Japan Ministerial**. Available from: <<https://2017-2021.state.gov/readout-of-u-s-australia-india-japan-ministerial-the-quad/index.html>>. Access on: 17 Aug. 2021.

U.S. DEPARTMENT OF STATE. 2020a. **Deputy Secretary Biegun Remarks at the U.S.-India Strategic Partnership Forum**. Available from: <<https://2017-2021.state.gov/deputy-secretary-biegun-remarks-at-the-u-s-india-strategic-partnership-forum//index.html>>. Access on: 17 Aug. 2021.

U.S. DEPARTMENT OF STATE. 2020b. **Secretary Pompeo's Meeting with Australian Foreign Minister Payne**. Available from: <<https://2017-2021.state.gov/secretary-pompeos-meeting-with-australian-foreign-minister-payne-3/index.html>>. Access on: 19 Aug. 2021.

U.S. DEPARTMENT OF STATE. 2020c. **U.S.-Australia-India-Japan Consultations** ("The Quad"). Available from: <<https://2017-2021.state.gov/u-s-australia-india-japan-consultations-the-quad-3/index.html>>. Access on: 19 Aug. 2021.

U.S. DEPARTMENT OF STATE. 2020d. **Secretary Michael R. Pompeo Opening Remarks at Quad Ministerial**. Available from: <https://2017-2021.state.gov/secretary-michael-r-pompeo-opening-remarks-at-quad-ministerial/index.html>. Access on: 19 Aug. 2021.

Aspectos Sistemáticos de una Historia de los Conceptos de Securitización y Amenaza para Copenhague, Aberystwyth y París



SYSTEMATIC ASPECTS OF A HISTORY OF THE CONCEPTS OF SECURITIZATION AND THREAT TO COPENHAGEN, ABERYSTWYTH AND PARIS

1. Mestre em Ciência Política e Relações Internacionais, Universidad de los Andes (Colômbia). E-mail: amvillalba-castro@gmail.com

Ana Villalba-Castro¹
Fabrício H. Chagas-Bastos²

2. Doutor em Relações Internacionais, USP. E-mail: fchagasbastos@ifs.ku.dk

DOI: 10.5752/P.2317-773X.2022v10n3p34-52

Recebido em: 05 de maio de 2020
Aprovado em: 27 de fevereiro de 2023

RESUMEN

Los últimos treinta años fueron definitivos para que se cuestionara el concepto clásico de seguridad. En los 1990, teóricos en Copenhague, Aberystwyth y París trataron de ampliar el entendimiento sobre qué significa una amenaza, también sobre cómo se da el proceso de delimitación y definición de lo que se debe proteger en la política internacional —la securitización. En este artículo, con base en la historia de los conceptos, investigamos la genealogía de los dos conceptos comunes y centrales a las escuelas europeas de los estudios de seguridad, comparando y señalando sus similitudes y contrastes.

Palabras clave: estudios de seguridad, securitización, amenaza, Escuela de Copenhague, Escuela de Gales, Escuela de París, historia de los conceptos, conceptos

ABSTRACT

The last thirty years were definitive to question the classic concept of security. In the 1990s, theorists in Copenhagen, Aberystwyth and Paris tried to broaden their understanding of what a threat means, as well as how the process of delimitation and definition of what should be protected in international politics occurs —the securitisation. In this article, based on the history of concepts, we investigate the genealogy of the two common concepts central to European schools of security studies, comparing and pointing out their similarities and contrasts.

Keywords: security studies, securitization, threat, Copenhagen, Aberystwyth, Paris, history of concepts, concepts

Académicos en Copenhague, Aberystwyth y París, en el curso de la década de los 1990, trataron de ampliar el entendimiento sobre cómo se

da el proceso de delimitación y definición de lo que se debe proteger —lo que se conoce por *securitización*—, y también lo qué significa una *amenaza* en la política internacional (BALZACQ, 2011; WÆVER, 1995).

Diversos trabajos han tratado de revisar la literatura explorando las similitudes y contrastes entre cada una de estas escuelas. McDonald (2008), por ejemplo, se ha enfocado en las limitaciones de la securitización en la construcción contemporánea del concepto de seguridad. Wæver (2012), por su lado, ha investigado las diferencias formativas entre las escuelas europeas y sus contrapartes en los EE. UU. Hay una laguna, entretanto, sobre cómo se ha desarrollado en cada una de las tres escuelas el andamiaje conceptual común que comparten. Más específicamente, ¿cómo dialogan, se articulan y se diferencian sus conceptos centrales —amenaza y securitización— para Copenhague, Aberystwyth y París? De modo más amplio, ¿cómo los conceptos de securitización y amenaza organizan el significado del conocimiento acumulado en los Estudios de Seguridad?

De modo general, los conceptos pueden verse como puntos focales para identificar regularidades y diferencias en como comprensiones del mundo cambian a lo largo del tiempo —o como “hitos en el curso cambiante de la evolución del conocimiento” (STEINMETZ & FREEDEN, 2017, p. 2). En este contexto, aunque el estudio de los aspectos políticos e históricos de los conceptos ha recobrado impulso³ en los últimos años en las Relaciones Internacionales (BERENSKOETTER, 2016; 2017; ISH-SHALOM, 2021), este abordaje ha sido muy tímidamente⁴ explorado en los Estudios de Seguridad.

En este artículo, promovemos una investigación sistemática de los conceptos comunes y centrales —i.e., amenaza y securitización— a Copenhague, Aberystwyth y París, comparando y señalando sus similitudes y contrastes⁵. Para tanto, nos valemos de la metodología de historia conceptual (*Begriffsgeschichte*) propuesta por Koselleck (2002; 2004) —en especial la idea de ‘concepto básico’ (véase también IFVERSEN, 2011). En esta aproximación al estudio de la historia se analiza cómo las relaciones sociales y el lenguaje crean, modifican y eliminan los conceptos. Específicamente, el trabajo se concentra en revisar los planteamientos de cada una de las escuelas explorando cómo se usan los conceptos de *amenaza* y *securitización*, teniendo en cuenta: (i) *los actores* que definen qué es amenaza y qué es securitización; (ii) *los mecanismos* que se usan para securitizar y para definir la amenaza; así como (iii) cuáles *objetos* son vistos como amenaza (o potencial amenaza) para la securitización.

Nuestra contribución va más allá de entender cómo se han ampliado los Estudios de Seguridad o de un estudio comparado de las características epistemológicas y ontológicas de cada una de ellas frente a los fenómenos de seguridad. El trabajo es de interés más amplio a la disciplina porque al investigar los *conceptos-clave* de securitización y amenaza rastreamos las modificaciones que ocurren en los significados de tales conceptos, siempre dentro de un contexto social y cultural particular. De modo breve, mapeamos como Copenhague, Aberystwyth y París han evolucionado intelectualmente, siempre en un estado de competencia/colaboración potencial.

3. Aunque con poca atención a las contribuciones no-Occidentales a la disciplina (véase CHAGAS-BASTOS, 2023).

4. Los pocos trabajos que analizan el tema lo hacen desde el concepto de la seguridad (BALDWIN, 1997; STRITZEL & VUORI, 2016), o analizan los conceptos de política que interactúan con la teoría de la securitización (PRAM GAD & PETERSEN, 2011).

5. No buscamos en este artículo proveer una revisión exhaustiva de la literatura sobre cada una de las tres escuelas, sino, como dicho arriba, sistemáticamente analizar dos conceptos-clave en el andamiaje teórico que comparten.

Además de esta introducción y de las consideraciones finales, el artículo se desarrolla en otras cinco partes. En la sección siguiente, presentamos el marco teórico sobre la historia de los conceptos. A continuación, analizamos la evolución de los conceptos de amenaza y securitización en cada una de las tres escuelas europeas. Finalmente, examinamos las similitudes y las diferencias en el tratamiento conceptual entre cada una de ellas.

La historia de los conceptos

Para poder hacer sentido sobre las experiencias cotidianas, cada ser humano lanza mano de conceptos —eso es, los elementos que nos permiten integrar, comprender y retener los fenómenos de la realidad. Koselleck (2004) observa que la experiencia sin conceptos no es posible y sin la experiencia no hay conceptos. En otras palabras, a partir de experiencias particulares, así como de la repetición de experiencias anteriores, se constituye la vida, se forman y evolucionan los conceptos. Es premisa fundamental, por lo tanto, que los conceptos sean entidades dinámicas, con tiempo y espacio definidos, que cambian su significado de acuerdo con los diferentes usos de las palabras que los expresan —y según su estándar social o ámbito temporal (KOSELLECK, 2002; 2004).

En ese sentido, el lenguaje cumple dos funciones. Por un lado, es receptivo, capaz de registrar lo que sucede fuera de sí mismo (la realidad). Por otro, cumple una función de activación y de asimilación de todos los contenidos extra y prelingüísticos que se conocen, experimentan y comprenden (GERRING, 2001).

Farr (1989) plantea la aplicación de los conceptos a la acción política implica acuerdos entre los actores políticos —i.e., entendimientos colectivos en los cuales se define cómo aplicar uno o varios conceptos en el mundo político. En otras palabras, conceptos (aplicados al mundo social) siempre articulan ‘espacios de experiencia’ y un ‘horizonte de expectativa’, dado que enmarcan y organizan las actividades sociales sobre la contingencia del tiempo. Para que esos entendimientos sean efectivos se deben tener claro (a) los criterios que definirán la aplicación de los conceptos; (b) la selectividad y el alcance de los fenómenos que serán interpretados por dichos conceptos en el escenario político; y (c) las actitudes que expresan estos conceptos.

Los conceptos, por ende, soportan significados históricos específicos. Llevar a cabo una historia de los conceptos (o de sus componentes intelectuales) necesariamente implica un proceso de recolección de hechos e ideas que evidencian el cambio semántico y político de esos conceptos a lo largo del tiempo. En esa recolección, además, no se puede dejar de lado que, en muchas ocasiones, la acumulación semántica, se ve restringida por limitaciones lingüísticas y por posibilidades políticas (BALL, 1998).

Es cierto que el alcance de una historia de los conceptos es controvertido en su método y alcance —si más o menos amplio. Por un lado, la corriente alemana liderada por Koselleck, se ha concentrado en el estudio de los conceptos y en cómo estos cambian sus significados en sincronía con las transformaciones que se dan en los distintos contextos sociales y

políticos. Desde una perspectiva diferente, la Escuela de Cambridge enfoca la identificación de los discursos y las convenciones lingüísticas que, en un dado periodo histórico, producen ciertos significados (POCOCK, 1971; SKINNER, 1969). La diferencia entre las dos escuelas se evidencia en que mientras para la *Begriffsgeschichte* es la retórica el instrumento por el cual se expresan los cambios temporales en los conceptos, para los de Cambridge —particularmente para Skinner— el paso del tiempo es el trasfondo del cambio en la formulación retórica de los conceptos. En otras palabras, la *Begriffsgeschichte* se concentra en la historia social e intelectual de los contextos en los cuales los conceptos se desarrollan, mientras que la Escuela de Cambridge lo hace examinando a sus características lingüísticas y literarias (véase para una revisión detallada PALONEN, 1999; 2003).

El abordaje de la *Begriffsgeschichte* deja claro que los conceptos no son simplemente palabras, sino que son portadores de consciencia temporal, dado que su nacimiento o sus cambios de significado se dan en los momentos históricos críticos. En esa medida su línea de estudio y análisis presenta como gran fortaleza el permitir que las concurrencias de evolución y de cambio de los conceptos puedan ser enmarcadas a lo largo de toda la historia (KOSELLECK, 2002; 2004). El fundamento teórico está el hecho de que las ideas —en especial las ideas políticas— dan cuenta de las experiencias de vida, recurriendo al lenguaje social o político, que las sintetizan en forma de conceptos —o sea, el proceso de génesis conceptual. Se presenta entonces una tensión en la relación entre mensaje, realidad y aprehensión mental. Esta tensión se convierte en el impulsor de la construcción de los cuadros intelectuales interpretativos. En consecuencia, un concepto, genéricamente denominado, está siempre en relación con aquello que se quiere comprender. La relación entre el concepto y el contenido que se quiere aprehender expresa la convergencia entre sujeto y objeto, en la medida en que se vuelve generalizador, más allá de asociaciones o uniones particulares.

Ifversen (2011) anota que algunos conceptos se vuelven tan importantes que juegan un rol *clave* en los procesos de cambio y contestación social —son *concepto-clave* en el andamiaje de la *Begriffsgeschichte*. Tales cambios son identificados en como las palabras y sus significados cambian en el tiempo y espacio, y se mapean por medio de la detección de redes semánticas en conjuntos de textos específicos.

En los estudios de seguridad, las experiencias que definen las interacciones entre los diferentes actores se enmarcan bajo los conceptos-clave de securitización y amenaza. De este modo, analizamos a continuación cómo cada una de las escuelas define y emplea estos dos conceptos en sus propuestas teóricas.

Copenhague, Aberystwyth y París: Notas sociológicas y fundaciones intelectuales

Dentro del amplio espectro de enfoques que se puede considerar como lecturas críticas de la seguridad, la mayoría de las categorizaciones se han centrado en los tres programas de investigación —o escuelas— más visibles y en sus figuras influyentes: Copenhague (Barry Buzan y Ole

Wæver), Aberystwyth (Ken Booth y Richard Wyn Jones), y París (Didier Bigo y Jef Huysmans).

Las etiquetas geográficas permiten identificar planteamientos teóricos que comparten una misma concepción teórica, y a un grupo de autores que han adoptado de manera común una aproximación determinada para el estudio del campo de la seguridad. Es decir, comparten un objeto de estudio —la seguridad—, analizado con una visión académica similar, además de tener en común varias de sus influencias intelectuales. En términos de la sociología del conocimiento, Tussie y Chagas-Bastos (2023, p. 894) observan que “[l]as escuelas dentro de las disciplinas funcionan como capullos: establecen refugios que ofrecen a los académicos ‘nidos’ intelectuales, institucionales y materiales protectores que les permiten nutrir y madurar ideas, marcando líneas diferentes de la disciplina más amplia, sin separarse o rechazar por completo. la corriente principal”. Katzenstein (2018, p. 377) de manera bien humorada nos ayuda a ilustrar la importancia de discutir agrupaciones intelectuales dentro de la disciplina de las RRII: “[porqué] Copenhague en lugar de Dinamarca es un misterio. Jonathan Kirshner sugiere, medio en broma, una razón lingüística: Copenhague es una palabra suave que connota cosmopolitismo, mientras que Dinamarca tiene una k terminal áspera. Tal vez, Aarhus y Aalborg también estén excluidas porque un *Danish* en inglés americano es algo que se come”.

Las teorías estructuralistas de las RRII y los estudios de la paz⁶ influenciaron directamente los planteamientos propuestos por los investigadores en Copenhague (WÆVER, 2012). Dentro de esta tradición intelectual, se ha evidenciado la necesidad formular nuevas formas de entender la (in)seguridad —que, hasta entonces— tenía al Estado como su actor central y se definía bajo parámetros militares.

Para los de Aberystwyth (o Gales), el estudio de la seguridad no solo debería ir más allá del Estado, sino que debe alejarse de elementos estadocéntricos y militares, volteando su mirada y enfocándose en el ser humano como el principal actor. Fijarse en las relaciones entre individuos y no solo entre Estados y entre instituciones, o entre instituciones y Estados debe ser su gran objetivo (BOOTH, 1991; C.A.S.E. COLLECTIVE, 2006). Su entendimiento de qué es y cómo se logra la seguridad toma varios elementos de la Escuela de Frankfurt, tales como que la razón no puede concebirse bajo otra forma que no sea crítica, porque de esa manera puede hacer frente a la manipulación y alienación de actores e ideologías dominantes.

Mientras Copenhague y Aberystwyth trataron de moverse entre los niveles estatal y del individuo, los investigadores en París han movido el nivel de análisis hacia un punto intermedio —pero también radicalmente diferente frente a las perspectivas tradicionales sobre los estudios de seguridad. Su innovación es el planteamiento de que se han desvanecido los límites entre seguridad interna y externa y, por ende, su investigación se enfoca en los actores y/o agencias que se encargan de la seguridad. De esa manera, no centran a la seguridad apenas como parte del campo político, sino también del campo institucional⁷ (BIGO, 1996; 2002; HUYSMANS, 2002).

6. Las primeras propuestas se hicieron desde el Copenhagen Peace Research Institute (COPRI).

7. Por ejemplo, las agencias que cuando encargadas de una y otra áreas de la seguridad buscan nuevos enemigos que justifiquen su existencia. Asimismo, son instituciones encargadas de la seguridad que definen qué y a quién se vigila, y cómo se securitiza.

Bigo y McCluskey (2018) anotan que estas escuelas suelen ser retratadas como rivales —o entes aislados— que persiguen diferentes agendas de investigación y discuten sobre qué significa ser ‘crítico’ con respecto a los estudios de seguridad. Nada podría ser más falso. Las interacciones duraderas —y hasta mismo amistades entre los académicos presentes cada una de estas escuelas— muestran que, de hecho, no hay oposición entre las tres escuelas europeas. Desde un punto de vista de la sociología del conocimiento, como anota Bourdieu (2004), tales relaciones son pertinentes para entender cómo se dan las relaciones de producción de conocimiento y como la producción académica se difunde. Evidencia central en este sentido son los nombres que firman el clásico manifiesto del *C.A.S.E. Collective* (2006).

Esta confusión —o “truco útil” (BIGO & MCCLUSKEY, 2018)— conlleva formas de esencialismo y culturalismo, que bloquean la comprensión de la diferencia entre enfoques teórico-metodológicos y analíticos. Además, los autores consideran que oponer estos programas de investigación como un error, dado que precisamente el diálogo entre sus miembros ha permitido que —aunque usando terminologías diferentes— que más o menos el mismo tipo de razonamiento fuera establecido como se verá en las próximas secciones.

Amenaza y Securitización como conceptos-clave.....

Los debates sobre seguridad en las RRII por muchos años se basaron en los planteamientos teóricos de las escuelas realistas y neorrealistas —y tuvieron su desarrollo mayoritariamente concentrado en los EE. UU. En estos términos, el actor protagonista de la seguridad era el Estado, y el eje central de sus análisis e interpretaciones era el concepto de ‘seguridad nacional’ (véase para una revisión detallada BUZAN & HANSEN, 2009).

Los eventos de alcance global impulsados con el fin de la confrontación Este-Oeste fueron definitivos para que se comenzara a cuestionar el concepto de seguridad en su forma original. El avance y la consolidación de procesos de integración regional, los procesos de descolonización en África y Asia, la consolidación de los movimientos sociales y civiles como actores relevantes en la política internacional, además del surgimiento de nuevas formas de amenazas transnacionales (como, por ejemplo, el narcotráfico y el cambio climático), entre otros fenómenos evidenciaron los límites de los abordajes tradicionales a la seguridad —y porqué ésta debería dejar de ser exclusivamente tratada en términos (y por) militares (KRAUSE, 1998).

Los problemas y soluciones de la (in)seguridad dejaban de estar íntimamente ligados a la supervivencia estatal en un ambiente anárquico. Eso es, dejan de estar centrados en la defensa de la integridad del Estado, de cuya supervivencia se garantizaría principalmente por medio del elemento militar y por el empleo de la fuerza (BUZAN & HANSEN, 2009). La seguridad pasa a ser objeto de competencia entre actores que buscan controlar su contenido, por lo que, paradójicamente, la única comunidad es que la seguridad es siempre objeto de disputas políticas sobre su significado —o más específicamente, su definición negativa, la *inseguridad*.

Como consecuencia de esa fusión entre seguridad externa e interna ahora quienes cumplen la tarea de securitizar las amenazas, no son el Estado o las élites de gobierno, como lo propone la Escuela de Copenhague, tampoco es el individuo o los grupos sociales, como lo define la Escuela de Aberystwyth, sino que son las agencias de seguridad nacionales y regionales (BIGO, 2006; BIGO & TSOUKALA, 2008; HUYSMANS, 2000b; 2006).

Se asume que la guerra interestatal es menos probable, y que la atención de las agencias estatales e inter-estatales ahora debe concentrarse en la actividad criminal. Estas agencias, que durante el mundo bipolar tenían un protagonismo limitado, opacadas por las fuerzas militares — como garantes de la seguridad estatal—, en la actualidad y ante la multiplicidad de amenazas y de objetos de referencia que se han incluido en el campo de la seguridad, son las que parecen tener la capacidad de contener y hacer frente a esas amenazas. Y esa capacidad se explica, precisamente, por los distintos tipos de agencias existentes: de migraciones, agencias aduaneras, agencias de protección y control fronterizo, agencias de monitoreo del intercambio comercial, entre otras. Con este fin, dichas agencias construyen la imagen de un enemigo interior, definiendo un perfil que generalmente reúne las características de grupos de ciudadanos extranjeros. Esto, de inmediato crea una diferenciación social y justifica la construcción y ampliación de espacios de vigilancia de Estados y personas consideradas como un peligro y una amenaza a la seguridad nacional y al orden público (BIGO & TSOUKALA, 2008).

Para desarrollar sus planteamientos, los estudiosos de París toman principalmente de Foucault (1975) el concepto de *disciplina* —entendida como una forma de dominación—, que fabrica cuerpos dóciles y al mismo tiempo, útiles. La disciplina es, entonces, un castigo silencioso, que domestica los cuerpos, en un contexto de crecimiento demográfico y de crecimiento económico. Esto se hace a través de las normas y reglas que se establecen en instituciones, como las escuelas o en el campo militar, entre otros, que permiten controlar y corregir esos cuerpos. Y, de acuerdo con la Escuela de París, en ese control y disciplina es que se soporta toda la operación securitizadora de las agencias de seguridad.

La definición de las amenazas y del proceso de securitización para la Escuela de París, por lo tanto, debe tener en cuenta tres elementos. El primero de ellos es la configuración del contexto en el que se presenta la amenaza. El segundo, cuál es la naturaleza del problema y, por último, las luchas de poder que se registran entre unos y otros profesionales y agencias de seguridad. Así, las amenazas se definen y se securitizan con una vigilancia extrema que afecta directamente la vida cotidiana de los ciudadanos, especialmente de aquellos que están bajo sospecha. Esa vigilancia se da a gran escala, es decir, no solo es masiva, sino que también se supervisa y se controla todo tipo de movimientos, de comunicaciones y de datos.

Por esta razón, también se caracteriza por ser un proceso de co-vigilancia entre actores privados y públicos, porque si bien quienes llevan a cabo las operaciones son las agencias de seguridad de los Estados o de los organismos regionales, el soporte tecnológico y de almacenamiento

de la información está a cargo de empresas del sector privado. El uso de aparatos de última tecnología, como circuitos cerrados de televisión, escáneres, huellas dactilares, seguimiento computarizado de entradas y salidas, así como de los movimientos de cada individuo, vigilancia satelital, almacenamiento de datos e identificadores biométricos, es el eje central del proceso de securitización que llevan a cabo estos agentes —que incluso les permite crear redes transnacionales de cooperación (BIGO 2006; HUYSMANS 2000a; 2000b). En ese contexto transnacional, los servicios de inteligencia comparten gran cantidad de información, sobre los individuos vigilados, que está dirigida directamente a la libertad de movimiento, de capitales y de comunicaciones, lo que crea una política de paranoia, que los profesionales de seguridad muestran como una fuerte amenaza para la preservación de los regímenes democráticos (BIGO, 2006).

Similitudes y contrastes.....

En una disciplina marcada por disputas teóricas casi tribales como son las RRII, llama la atención que las diferencias entre cómo cada una de estas tres escuelas opera conceptos centrales sea tratada de modo natural por la literatura.

En palabras de Koselleck (2002; 2004) es imposible concebir una historia de los conceptos sin tener como premisa teórica la separación analítica entre *Sprachausage* (acto del habla) y *Sachanalys* (análisis de los hechos). Esa separación es determinante para la precisión analítica entre cada afirmación lingüística —presente en todas las formas textuales— y la historia concreta que, obligatoriamente, debe ser realidad investida de rigurosidad. Es necesario, por lo tanto, explorar los marcos de experiencia que se manifiestan en cada concepto y que, por ende, se transfieren al vocabulario político —dado que no es suficiente apenas identificar cuándo se crean o se redefinen los significados de los conceptos en el lenguaje ordinario¹².

Lo anterior es relevante si retomamos como premisa central el hecho de que ningún concepto existe en el vacío — por el contrario, todos se caracterizan por una fuente que los nutre, los moldea y los hace avanzar en el tiempo. En ese sentido, los conceptos, así como las teorías, siempre son operados por actores interesados. Además, uno comprende las partes y el todo menos como fruto de sus elecciones, y más como elemento adquirido por medio de la socialización (COX, 1981; 1996). La expresión de los conceptos, por lo tanto, se apoya en condiciones objetivas y subjetivas; y los actores manipulando el significado conceptual son los responsables sobre lo que se debe excluir o incluir, por lo que el lector no puede eludir la dirección particular a la que está siendo llevado (CHAGAS-BASTOS, 2018; CHAGAS-BASTOS & BURGESS, 2019).

De modo más directo, el análisis conceptual es fundamental en la medida en que condensa el significado un concepto — y en particular, un concepto-clave — para el establecimiento de un objetivo científico singular en aras de todos los proyectos de investigación futuros. El supuesto de partida del análisis conceptual es que el significado de la noción que se examina es más o menos familiar, pero también que por lo general no

12. Véase también Gerring y Barresi (2003).

te tecnológico, para combatir todas estas amenazas que generan miedo, cuando realmente su accionar es el que incrementa el miedo y la zozobra entre los ciudadanos, por la constante vigilancia. Los teóricos de París afirman que la seguridad se garantiza controlando el movimiento de los individuos, más allá de los parámetros convencionales, y vigilando a quienes su identidad o comportamiento no está acorde con la imagen o el imaginario social convencional a priori, y que están etiquetadas como un riesgo.

De este modo, Copenhague y París presentan una disertación negativa del concepto de seguridad, al entenderlo como el fracaso de la política normal para tratar las amenazas, que exige medidas excepcionales y/o vigilancia extrema y continúa —dado que no hay otra manera de neutralizarlas. Por su lado, Aberystwyth plantea una concepción positiva en la medida en que eliminar esas amenazas es lo que permite la verdadera emancipación del ser humano. Si estas posiciones teóricas bien tienen marcadas diferencias, también muestran algunos rasgos complementarios. En el caso de Copenhague y París parece existir la mayor afinidad entre sus planteamientos, en la medida en que las agencias de seguridad dependen en gran medida de los lineamientos de las élites gobernantes, y en ese sentido, el interés de las amenazas que les interesa securitizar y la manera en cómo lo harían pueden coincidir. Los planteamientos de Gales, por su parte, parecen estar más alejados en ese juego de intereses, no obstante, si las amenazas que los individuos securitizan coinciden con las que les interesa a las élites gobernantes y/o a las agencias de seguridad, entonces el proceso de securitización podría acortar su distancia entre los actores que lo llevan a cabo (véase para una revisión detallada Gomes, 2017).

El concepto de disciplina es complementado con el de vigilancia, que en su definición apunta más a lo que el individuo es, que a lo que hace (FOUCAULT, 1975). Este planteamiento incluye un elemento de prevención, que facilita el actuar y corregir antes de que los individuos se conviertan en infractores. Para ello es fundamental que esa vigilancia sea continua; se haga de manera personalizada; incluya un sistema de castigos y recompensas. Esa vigilancia es ejercida por un agente —que ejerce un control sobre las acciones y movimientos individuales de la población, castigando y reprimiendo’ (FOUCAULT, 1975).

La Escuela de París también ha tomado conceptos del sociólogo Pierre Bourdieu para construir sus planteamientos teóricos. Uno de ellos tiene que ver con el de espacio social, el cual define como aquel espacio que determina las propiedades de individuos o un grupo de individuos en un momento específico. Es allí, en ese espacio, en el que se pueden hacer comparaciones y diferenciaciones entre estos individuos, de acuerdo con dos elementos fundamentales: el capital económico y el capital cultural. Es decir, los individuos con mayor acumulación de capital económico y cultural estarán más cerca entre ellos y más alejados de quienes tienen una menor acumulación de capital (BOURDIEU, 1997). Así se crea una diferenciación entre un ‘nosotros’ y un ‘ellos’ o los ‘otros’.

De esta manera, estos actores securitizan las amenazas con tecnología y conectan la vigilancia a gran escala con la política paranoica, que

se justifica como una respuesta necesaria ante eventos catastrófico, como los ataques terroristas, ataques con armas de destrucción masiva, ciberterrorismo, entre otros (BIGO, 2013). En esa línea y al ser las agencias de seguridad las que se encargan del proceso de securitización, el tema de la seguridad se mueve del campo político al institucional.

Bajo este planteamiento la Escuela de París sostiene que la seguridad no es tanto una respuesta a las amenazas, sino que es un aumento en el sentimiento de no aceptación del otro. De modo sencillo: la seguridad es producto del miedo. Una posición que marca el contraste con Copenhague y con Aberystwyth.

En consecuencia, lo anterior, París enmarca el binomio seguridad-inseguridad desde una construcción política. París no concibe la seguridad como una realidad objetiva —o hasta mismo despolitizada—, pero tampoco como un hecho social que se ubica más allá o hasta en oposición a la política (como defienden los de Copenhague), o cómo un elemento emancipador (como para los de Gales). Delkäder-Palacios (2020, p. 150) anota que “esta es la principal diferencia epistemológica respecto de las otras escuelas mencionadas, ya que es la única que niega abiertamente una definición fijada y esencial (no construida) de la (in)seguridad, por su concepción como fenómeno político inseparable de las relaciones de poder”. También, que para París “la seguridad no depende únicamente de la acción decisiva, excepcional y discursiva de un actor securitizador, como se sostiene desde la Escuela de Copenhague, sino también de las características del campo transnacional de la (in)seguridad” (DELKÁDER-PALACIOS, 2020, p. 150).

Conclusión

En este artículo analizamos sistemáticamente los aspectos de lo que se puede llamar una historia de los conceptos-clase de *amenaza* y *securitización* para las escuelas de Copenhague, Aberystwyth y París. **Más específicamente, mostramos cómo ambos conceptos han evolucionado y se han relacionado a lo largo del tiempo y espacio.**

Críticos pueden señalar como la principal limitación de nuestro trabajo que este es un ejercicio que no resulta muy original, dado que recoge y presenta cuestiones ya conocidas y estudiadas. Como se ha demostrado, la originalidad de nuestro estudio está en plantear la discusión sobre los estudios críticos de seguridad desde sus raíces conceptuales, un tipo de contribución poco común a la disciplina de RRII. Utilizar la historia de los conceptos proporciona una mejor comprensión de los elementos epistemológicos, sociales, e intelectuales que forman los fenómenos políticos involucrados en lo que se entiende y define como ‘seguridad’. Metodológicamente, nuestra contribución separa explícitamente lo que es la reconstrucción histórica ambos los conceptos-clave de lo que son las críticas dirigidas a los abordajes propuestos por las escuelas de Copenhague, Aberystwyth y París. En este sentido, un próximo paso en las investigaciones de una historia conceptual de los Estudios de Seguridad sería analizar la evolución de los conceptos que estructuran la teoría de seguridad a la luz de sus críticos.

Sabemos que nombrar lo que representa la seguridad —y sus problemas correlacionados— es un acto político. Por ende, como piezas fundamentales de lo que representa ‘estar seguro’, los conceptos de securitización y amenaza son parte del intento continuo de reconstruir los objetos y sujetos de la realidad, cómo estos son percibidos, y de orientar el comportamiento de los actores políticos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALKER, H. (2005). **Emancipation in the Critical Security Studies Project**. In K. BOOTH (Ed.). *Critical Security Studies and World Politics*. Boulder, CO: Lynne Rienner.

BAELE, S., & THOMSON, C. (2017). **An Experimental Agenda for Securitization Theory**. *International Studies Review*, 19(4), 646-666.

BALDWIN, D. (1997). **The concept of security**. *Review of International Studies*, 23(1), 5-26.

BALL, T. (1998). Conceptual History and the History of Political Thought. *In* I. HAMPSHER-MONK, K. TILMANS, F.van Vree. **History of Concepts: Comparative Perspectives** (pp. 75-86). Amsterdam: Amsterdam University Press.

BALZACQ, T. (2005). **The Three Faces of Securitization: Political Agency, Audience and Context**. *European Journal of International Relations*, 11(2), 171-201.

BALZACQ, T. (2011). **Securitization Theory: How security problems emerge and dissolve**. New York: Routledge.

BERENSKOETTER, F. (2017). **Approaches to Concept Analysis**. *Millennium*, 45(2), 151-173.

BERENSKOETTER, F. (Ed.). (2016). **Concepts in World Politics**. London: SAGE.

BIGO, D. (1996). **Polices en réseaux**. L'expérience européenne. Paris: Sciences Po.

BIGO, D. (2002). **Security and immigration: Toward a critique of the governmentality of unease**. *Alternatives*, 27(1_suppl), 63-92.

BIGO, D. (2013). The transnational field of computerised exchange of information in police matters and its European guilds. *In* NILO KAUPPI AND MIKAEL MADSEN (Eds.), **Transnational Power Elites: The New Professionals of Governance, Law and Security** (pp. 153-182). New York: Routledge.

BIGO, D., & MCCLUSKEY, E. (2018). **What Is a PARIS Approach to (In)securitization?** *Political Anthropological Research for International Sociology*. *In* A. GHECIU, & W. WOHLFORTH (Eds.). *Oxford Handbook of International Security*. Oxford: Oxford University Press. <https://doi.org/10.1093/oxfordhb/9780198777854.013.9>,

BIGO, D., & TSOUKALA, A (Ed.). **Terror, Insecurity, and Liberty**. New York, 2008: Routledge.

BILGIN, P. (2017). **The International in Security, Security in the International**. New York: Routledge.

BOOTH, K. (1991). **Security and Emancipation**. *Review of International Studies*, 17(4), 313-326.

BOOTH, K. (2007). **Theory of World Security**. Cambridge: Cambridge University Press.

BOURDIEU, P. (2004). **Science of Science and Reflexivity**. Chicago, IL: University of Chicago Press.

BOURDIEU, PIERRE. 1997. **Razones Prácticas**. Sobre la teoría de la acción. Barcelona: Anagrama.

BUZAN, B., & HANSEN, L. (2009). **The Evolution of International Security Studies**. Cambridge: Cambridge University Press.

BUZAN, B., WÆVER, O., & DE WILDE, J. (1998). **Security: A New Framework for Analysis**. Boulder, CO: Lynne Rienner.

C.A.S.E. COLLECTIVE (2006). **Critical Approaches to Security in Europe: A Networked Manifesto**. *Security Dialogue*, 37(4), 443-487.

CHAGAS-BASTOS, F. (2018). **La invención de la inserción internacional: Fundaciones intelectuales y evolución histórica del concepto**. *Análisis Político*, 31(94), 10-30.

CHAGAS-BASTOS, F. (2023). **International Insertion: A Non-Western Contribution to International Relations**. *Oxford Research Encyclopedia of International Studies*. <https://doi.org/10.1093/acrefore/9780190846626.013.652>

CHAGAS-BASTOS, F., & BURGESS, S. (2019). **The “Briefing Note” as a Pedagogical Tool for Teaching Politics and International Relations**. *Journal of Political Science Education*, 15(2), 237-246.

COX, R. (1981). **Social Forces, States and World Orders: Beyond International Relations Theory**. *Millennium*, 10(2), 126-155.

COX, R. (1996). **Approaches to World Order**. Cambridge: Cambridge University Press.

DELKÁDER-PALACIOS, A. (2020). **Los Estudios Críticos de Seguridad y la Escuela de París: un estudio sobre Frontex y la securitización de la migración en la UE**. *Relaciones Internacionales*, 29(58), 141-164.

FARR, J. (1989). **Understanding Conceptual Change Politically**. *In* T. BALL, J. FARR, & R. HANSON. (Ed.). *Political Innovation and Conceptual Change* (pp. 24-39). Cambridge: Cambridge University Press.

FOUCAULT, M. (1975). **Surveiller et punir**. Paris: Gallimard.

GERRING, J. (2001). **Social science methodology: A criterial framework**. Cambridge: Cambridge University Press.

GERRING, J., & BARRESI, P. (2003). **Putting Ordinary Language to Work: A Min-Max Strategy of Concept Formation in the Social Sciences**. *Journal of Theoretical Politics*, 15(2), 201-232.

GOMES, A. (2017). **A Escola Galesa de Estudos Críticos em Segurança Internacional —25 anos depois**. *Carta Internacional*, 12(1), 173-197.

HABERMAS, J. (1987a). **Knowledge and Human Interests**. Boston, MA: Polity.

HABERMAS, J. (1987b). **The Philosophical Discourse of Modernity**. Cambridge, MA: MIT Press.

HABERMAS, J. (1991). **The Structural Transformation of the Public Sphere: An Inquiry into a Category of Bourgeois Society**. Cambridge, MA: MIT Press.

HANSEN, L. (2012). **Reconstructing desecuritization: the normative-political in the Copenhagen School and directions for how to apply it**. *Review of International Studies*, 38(3), 525-546.

HERZ, M. (2010). **Concepts of Security in South America**. *International Peacekeeping*, 17(5), 598-612.

HORKHEIMER, M. (1937). **Teoría tradicional y teoría crítica**. Madrid: Paidós.

HORKHEIMER, M. (1942). El Estado autoritario. *In* M. HORKHEIMER (Ed.). **Sociedad en transición: estudios de filosofía social**. Barcelona: Península.

HUYSMANS, J. (2000a). Migration and the Politics of Security. *In* SOPHIE BODY GENDROT AND MARCO MARTINIELLO (Eds.), **Minorities in European Cities: The Dynamics of Social Integration and Social Exclusion at the Neighbourhood Level** (pp. 179-189). London: Palgrave Macmillan.

HUYSMANS, J. (2000b). **The European Union and the Securitization of Migration**. *Journal of Common Markets*, 38(5), 751-777.

HUYSMANS, J. (2002). **Defining Social Constructivism in Security Studies: The Normative Dilemma of Writing Security**. *Alternatives*, 27(1_suppl), 41-62.

HUYSMANS, J. (2006). **The Politics of Insecurity: Fear, Migration & Asylum in the EU**. New York: Routledge.

IFVERSEN, J. (2011). **About Key Concepts and How to Study Them**. *Contributions to the History of Concepts*, 6(1), 65-88.

ISH-SHALOM, P. (Ed.). (2021). **Concepts at Work: On the Linguistic Infrastructure of World Politics**. Ann Arbor, MI: University of Michigan Press.

KATZENSTEIN, P. (2018). **The Second Coming? Reflections on a Global Theory of International Relations**. *Chinese Journal of International Politics*, 11(4), 373-390.

KOSELLECK, R. (2002). **The Practice of Conceptual History: Timing History, Spacing Concepts**. Redwood City, CA: Stanford University Press.

KOSELLECK, R. (2004). **Futures Past: On the Semantics of Historical Time**. New York: Columbia University Press.

KRAUSE, K. (1998). **Critical Theory and Security Studies: The Research Programme of ‘Critical Security Studies’**. *Cooperation and Conflict*, 33(3), 298-333.

MCDONALD, M. (2008). **Securitization and the Construction of Security**. *European Journal of International Relations*, 4(4), 563-587.

PALONEN, K. (1999). **Rhetorical and Temporal Perspectives on Conceptual Change**. Redescriptions, 3(1), 41-59.

PALONEN, K. (2003). **Quentin Skinner**: History, Politics, Rhetoric. Cambridge: Polity.

POCOCK, J. G. A. (1971). **Politics, Language, and Time**: Essays on Political Thought and History. New York: Atheneum.

PRAM GAD, U., & PETERSEN, K. (2011). **Concepts of politics in securitization studies**. Security Dialogue, 42(4-5), 315-328.

SJÖSTEDT, R. (2008). **Exploring the Construction of Threats**: The Securitization of HIV/AIDS in Russia. Security Dialogue, 39(1), 7-29.

SKINNER, Q. (1969). **Meaning and Understanding in the History of Ideas**. History and Theory, 8(1), 3-53.

STEINMETZ, W., FREEDEN, M. (2017). Introduction. Conceptual History: Challenges, Conundrums, Complexities. In W. STEINMETZ, M. FREEDEN, & J. FERNÁNDEZ-SEBASTIÁN (Ed.). **Conceptual History in the European Space** (pp. 1-47). Oxford: Berghahn.

STRITZEL, H. (2012). **Securitization, power, intertextuality**: Discourse theory and the translations of organized crime. Security Dialogue, 43(6), 549-567.

STRITZEL, H. (2014). **Security in Translation**: Securitization Theory and the Localization of Threat. London: Palgrave-Macmillan.

STRITZEL, H., & Chang, S. (2015). **Securitization and counter-securitization in Afghanistan**. Security Dialogue, 46(6), 548-567.

STRITZEL, H., & VUORI, J. (2016). Security. In F. BERENSKOETTER (Ed.). **Concepts in world politics** (pp. 41-56). London: SAGE.

TUSSIE, D., & CHAGAS-BASTOS, F. (2023). **Misrecognised, misfit and misperceived**: why not a Latin American school of IPE? Review of International Political Economy, 30(3), 891-913.

WÆVER, O. (1995). Securitization and Desecuritization. In R. LIPSCHUTZ (Ed.). **On security** (pp. 46-87). New York: Columbia University Press.

WÆVER, O. (2012). Aberystwyth, Paris, Copenhagen: The Europeanness of new “schools” of security theory in an American field. In A. TICKNER, & D. BLANEY (Eds). **Thinking International Relations Differently** (pp. 48-71). New York: Routledge.

WILLIAMS, M. (1998). **Modernity, Identity and Security**: A Comment on the “Copenhagen controversy”. Review of International Studies, 23(3), 435-444.

WILLIAMS, M. (2011). The continuing evolution of securitization theory. In T. BALZACQ (Ed.). **Securitization Theory**: How security problems emerge and dissolve (pp. 212-222). New York: Routledge.

WYN JONES, R. (1995). **Message in a bottle? Theory and praxis in critical security studies**. Contemporary Security Policy, 16(3), 299-319.

WYN JONES, R. (1999). **Security, Strategy, and Critical Theory**. Boulder, CO: Lynne Rienner.

Segurança do Golfo Pérsico em uma Nova Era de Competição Geopolítica Global



Persian Gulf Security in an New Era of Geopolitical Competition

La Seguridad del Golfo Pérsico en una Nueva Era de Competencia Geopolítica Mundial

Tawfiq ALfaifi¹
 Luis da Vinha²

DOI: 10.5752/P.2317-773X.2022v10n3p53-69

Recebido em: 17 de junho de 2022
 Aprovado em: 20 de março de 2023

RESUMO

Ao longo das décadas, a segurança no Oriente Médio tem sido influenciada tanto por fortes interdependências de segurança regionais e globais. Desde o fim da Guerra Fria, os Estados Unidos têm desempenhado um papel importante na determinação da segurança da região, com os Estados do Conselho de Cooperação do Golfo se tornando cada vez mais dependentes das garantias de segurança americanas. No entanto, o pivô estratégico dos EUA para a região Ásia-Pacífico e a crescente consolidação da China como uma potência global, fez com que a dinâmica de segurança do Oriente Médio voltasse a fluir. Este artigo emprega o conceito de complexo regional de segurança, aliado a uma lente teórica realista, para analisar como a crescente rivalidade sino-americana afeta a segurança do Golfo Pérsico ao identificar os interesses dessas duas potências no Oriente Médio e a dinâmica regional emergente.

Palavras-chave: competição geopolítica; equilíbrio de interesses; segurança do Golfo Pérsico; complexo regional de segurança

ABSTRACT

Over the decades, Middle Eastern security has been influenced by both strong regional and global security interdependencies. Since the demise of the Cold War, the U.S. has played a major role in determining the region’s security, with the Gulf Cooperation Council states becoming increasingly dependent on American security guarantees. However, the U.S. strategic pivot to the Asia-Pacific region and China’s increasing consolidation as a global power has set the Middle East’s security dynamics again into flux. This article employs a regional security complex framework, paired with a realist theoretical lens, to analyze how the growing Sino-American rivalry affects Persian Gulf security by identifying the interests of these two powers in the Middle East and the emerging regional dynamics.

Keywords: balance of interest; geopolitical competition; Persian Gulf security; regional security complex

1. Master’s degree, Flinders University. E-mail: tawfiqalfaifi@gmail.com. ORCID: orcid.org/0000-0002-5948-4324.

2. Doutor, Flinders University. E-mail: luis.davinha@flinders.edu.au. ORCID: orcid.org/0000-0002-7222-5095.

FALLAHI, Ebrahim. Iran-China Strategic Partnership: A Roadmap for Mutual Prosperity. *Tehran Times*, 2021. Disponível em: <https://www.tehrantimes.com/news/459437/Iran-China-s-strategic-partnership-a-roadmap-for-mutual-prosperity>. Acesso em: 8 nov. 2021.

FASSIHI, Farnaz; MYERS, Steven. China, with \$400 Billion Iran Deal, Could Deepen Influence in Mideast. *The New York Times*, 2021.

FUKUYAMA, Francis. The End of History? *The National Interest*. n. 16, p. 3-18, 1989.

FULTON, Jonathan. *The G.C.C. Countries and China's Belt and Road Initiative (BRI): Curbing Their Enthusiasm?* Middle East Institute, 2017. Disponível em: <https://www.mei.edu/publications/gcc-countries-and-chinas-belt-and-road-initiative-bri-curbing-their-enthusiasm>. Acesso em: 8 out. 2021.

FULTON, Jonathan. Situating Saudi Arabia in China's Belt and Road Initiative. *Asian Politics & Policy*. v. 12, n. 3, p. 362-83, 2020.

GENERAL AUTHORITY FOR STATISTICS. *Gross Domestic Product First Quarter*. Saudi Arabia's National Accounts Statistics, 2021. Disponível em: https://www.stats.gov.sa/sites/default/files/GDP%20release%20report%20Q1_%202021%20EN.pdf. Acesso em: 24 nov. 2021.

GLOBAL FIRE POWER. *Middle East Military Strength*, 2021. Disponível em: <https://www.globalfirepower.com/countries-listing-middle-east.php>. Acesso em: 5 dez. 2021.

GOVERNMENT OF IRAQ. *Final Statement of the Baghdad Conference for Cooperation and Partnership*, 2021. Disponível em: <https://gds.gov.iq/final-statement-of-the-baghdad-conference-for-cooperation-and-partnership/>. Acesso em: 30 sep. 2021.

GOVERNMENT OF SAUDI ARABIA. *Vision-2030*, 2016. Disponível em: https://www.vision2030.gov.sa/media/rc0b5oy1/saudi_vision203.pdf. Acesso em: 22 out. 2021.

GULF COOPERATION COUNCIL. *The Al-Ula Declaration Statement*, 2021. Disponível em: <https://gcc41.org/press-releases/the-al-ula-declaration>. Acesso em: 18 sep. 2021.

HARVEY, Benjamin; HACAOGU, Selcan. Erdogan's Big Gamble: Taking on Mideast Power-broker Saudi Arabia. *Bloomberg*, 2018. Disponível em: <https://www.bloomberg.com/news/articles/2018-10-25/erdogan-s-big-gamble-taking-on-mideast-powerbroker-saudi-arabia#xj4y7v-zkg>. Acesso em: 28 dez. 2021.

HITMAN, Gadi; ZWILLING, Moti. Normalization with Israel: An Analysis of Social Networks Discourse Within Gulf States. *Ethnopolitics*., p. 1-27, 2021.

HINNEBUSCH, Raymond; EHTESHAMI, Anoushiravan. *The Foreign Policies of Middle East States*. Boulder, CO: Lynne Rienner Publishers, 2014.

INSSG. *Interim National Security Strategic Guidance of the United States*, 2021. Disponível em: <https://www.whitehouse.gov/wp-content/uploads/2021/03/NSC-1v2.pdf>. Acesso em: 11 jan. 2022.

KERSTEIN, Benjamin. Outgoing Head of Mossad: Qatari Aid to Gaza "Got a Little Out of Control". *The Algemeiner*, 2021. Disponível em: <https://www.algemeiner.com/2021/06/08/outgoing-head-of-mossad-qatari-aid-to-gaza-got-a-little-out-of-control/>. Acesso em: 30 nov. 2021.

LIS, Jonathan; KUBOVICH, Yaniv. Netanyahu at Mossad Chief Ceremony: Israel Won't Allow a Nuclear Iran, Even at Cost of Friction With US. *Haaretz*, 2021. Disponível em: <https://www.haaretz.com/israel-news/.premium-netanyahu-we-cannot-allow-a-nuclear-armed-iran-even-at-cost-of-friction-with-u-s-1.9864125>. Acesso em: 4 jan. 2022.

LUBOLD, Gordon; STROBEL, Warren. Secret Chinese Port Project in Persian Gulf Rattles US Relations With UAE. *The Wall Street Journal*, 2021.

MAYER, Maximilian. China's Rise as Eurasian Power: The Revival of the Silk Road and Its Consequences. In MAYER, Maximilian, (ed.). *Rethinking the Silk Road: China's Belt and Road Initiative and Emerging Eurasian Relations*. Singapore, Springer, 2018.

MEARSHEIMER, John. *The Tragedy of Great Power Politics*. New York: W. W. Norton, 2001.

MEARSHEIMER, John. Bound to Fail: The Rise and Fall of the Liberal International Order. *International Security*. v. 43, n. 4, p. 7-50, 2019.

NISSENBAUM, Dion. Saudi Arabia Moves Toward Eventual Ties with Israel. *The Wall Street Journal*, 2021.

NAUGHTON, Barry. China's Global Economic Interactions. In SHAMBAUGH, David (Ed.). *China and the World*. New York: Oxford University Press, 2020.

NSS. *National Security Strategy of The United States*, 2017. Disponível em: <https://trumpwhitehouse.archives.gov/wp-content/uploads/2017/12/NSS-Final-12-18-2017-0905.pdf>. Acesso em: 6 out. 2021.

O'ROURKE, Ronald. *Renewed Great Power Competition: Implications for Defense – Issues for Congress*. Washington, DC: Congressional Research Service, 2021.

PAPA, Ilari. *China's Foreign Minister Tours the Middle East: Outcomes and Implications*. The Washington Institute for Near East Policy, 2021. Disponível em: <https://www.washingtoninstitute.org/policy-analysis/chinas-foreign-minister-tours-middle-east-outcomes-and-implications>. Acesso em: 17 ago. 2021.

PEOPLE'S REPUBLIC OF CHINA. *Energy in China's New Era*. State Council of the People's Republic of China, 2020. Disponível em: http://english.www.gov.cn/archive/whitepaper/202012/21/content_WS5fe0572bc6d0f725769423cb.html. Acesso em: 7 jul. 2021.

SALMAN, Mohammad; PIEPER, Moritz; GEERAERTS, Gustaaf. Hedging in the Middle East and China-US Competition. *Asian Politics & Policy*. v. 7, n. 4, p. 575-596, 2015.

SCHWELLER, Ronald. Bandwagoning for Profit: Bringing the Revisionist State Back In. *International Security*. v. 19, n. 1, p. 72-107, 1994.

SCOBELL, Andrew. Why the Middle East Matters to China. In EHTESHAMI, Anoushiravan; HORESH, Niv (Eds.). *China's Presence in the Middle East: The Implications of the One Belt, One Road Initiative*. New York: Routledge, 2017, p. 9-23.

SHAMBAUGH, David. China's Long March to Global Power. In SHAMBAUGH, David (Ed.). *China and the World*. New York: Oxford University Press, 2020.

SHAYAN, Fatemeh. *Security in the Persian Gulf Region*. London: Palgrave Macmillan, 2017.

SIPALAN, Joseph; KALIN, Stephen. Saudi Arabia, Pakistan Snub Malaysia's Muslim Summit. *Reuters*, 2019. Disponível em: <https://www.reuters.com/article/us-malaysia-muslimalliance-idUSKBN1YM0G3>. Acesso em: 13 ago. 2021.

THE WHITE HOUSE. *Fact Sheet: President Biden and G7 Leaders Launch Build Back Better World (B3W) Partnership*, 2021. Disponível



After the Brahimi Report: doctrinal culture, practical developments and the new and remaining challenges of UN peace operations

Depois do Relatório Brahimi: cultura doutrinária, desenvolvimentos práticos e os desafios novos e remanescentes das operações de paz da ONU

Después del Informe Brahimi: cultura doctrinal, desarrollos prácticos y los nuevos y restantes desafíos de las operaciones de paz de la ONU

1. Letícia Carvalho é professora do Departamento de Relações Internacionais da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas) e Editora Associada da Carta Internacional. É doutora em Relações Internacionais pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). E-mail: leticiacarvalho@pucminas.br. ORCID: orcid.org/0000-0002-1786-971X.

2. Geraldine Marcelle Moreira Braga Rosas Duarte é doutora em Geografia e professora do Departamento de Relações Internacionais da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas). E-mail: geraldine@pucminas.br. ORCID: orcid.org/0000-0001-8133-806X.

3. Matheus de Abreu Costa Souza é doutorando em Ciência Política/Estudos de Paz e Conflitos na Umea University. É mestre em Relações Internacionais pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas). E-mail: matheusdeacsouza@gmail.com.

Letícia Carvalho¹
Geraldine Rosas Duarte²
Matheus de Abreu Costa Souza³

DOI: 10.5752/P.2317-773X.2022v10n3p70-87

Recebido em: 15 de março de 2022
Aprovado em: 13 de março de 2023

ABSTRACT

In this article, we analyse the new and remaining challenges in implementing the Brahimi Report's (2000) recommendations more than twenty years after its publication. The document is considered a milestone in consolidating a doctrinal culture of UN peace operations. However, we argue that this attempt to establish a doctrinal culture has been hampered by normative and practical controversies, which will be explored, methodologically, using documentary analysis.

Keywords: peace operations; Brahimi report; stabilization; doctrinal culture.

RESUMO

Neste artigo, analisamos os desafios, novos e remanescentes, na implementação das recomendações do Relatório Brahimi (2000), mais de vinte anos após sua publicação. O documento é considerado um marco na consolidação de uma cultura doutrinária das operações de paz da ONU. No entanto, argumentamos que essa tentativa de estabelecer uma cultura doutrinária tem sido dificultada por controvérsias normativas e práticas, que serão exploradas, metodologicamente, com base em análise documental.

Palavras-chave: operações de paz; Relatório Brahimi; estabilização; cultura doutrinária.

RESUMEN

Este artículo analiza los desafíos nuevos y pendientes en la aplicación de las recomendaciones del Informe (2000) más de veinte años después de su publicación. El documento es considerado un hito en la consolidación de una cultura doctrinal de las operaciones de paz de la ONU. Sin embargo, sostenemos que este intento de establecer una cultura doctrinal se ha visto obstaculizado por controversias normativas y prácticas, que se explorarán, metodológicamente, a partir del análisis documental.

Palabras clave: Operaciones de paz; Informe Brahimi; estabilización; cultura doctrinal.

Introduction

In this article, we take stock of the Brahimi Report (2000) to identify new and remaining challenges in the implementation of its recommendations. Published after failed attempts to keep and build peace in the 1990s, the Report sought to systematise a multidimensional approach to peace operations. It reaffirmed the UN's commitment to the core principles of consent, impartiality, and minimum use of force; pointed out the need for the authorisation of clear and feasible mandates; advocated for an increase in post-conflict peacebuilding policies, and called on states to provide appropriate resources and well-trained troops to ensure the effectiveness of peace operations on the ground. Considering the innovations proposed by the document, the Brahimi Report was a milestone in the consolidation of what the UN intended to be an actual "doctrinal culture" of peace operations (UN, 2000). It was particularly relevant in that context as the main challenge identified in the 1990s was that there was a mismatch between mandates and practical developments. The Brahimi Report took this lack of coherence seriously and sought to provide clear directions and tasks for UN personnel deployed in post-war zones. Years later, the idea of establishing a cultural doctrine was advanced with the release of the so-called "Capstone Doctrine" (2008), a document that grew out of the Brahimi reforms and intended to both confirm basic principles of UN Peacekeeping and define parameters of what constituted it (DE CONING; KARLSRUD; AOI, 2017).

However, we argue that this attempt to establish a doctrine has been weakened due to contradictions among later documents and multiple controversial practical developments, especially in active stabilisation peace operations in the Central African Republic (CAR), the Democratic Republic of Congo (DRC), and Mali. On the one hand, the Brahimi Report (2000) and the Capstone Doctrine (2008) seem to align in defence of a political, multidimensional approach. On the other hand, documents such as the HIPPO Report (2015), Cruz Report (2017), and Action4Peacekeeping (2019) have been, intentionally or not, inattentive to the practical developments such as that of 'stabilisation' that challenges the core principles defended in previous reports. Stabilisation peace operations have been authorised to take on stabilisation tasks aimed at supporting host governments with the provision of task forces to neutra-

GUERRA, L.; BLANCO, R. MINUSTAH como Missão Civilizatória: Análise da Política Internacional para a Estabilização do Haiti. **Revista de Estudos Internacionais**, v.8, n.3, p. 259-275, 2017.

HUNT, C. All necessary means to what ends? the unintended consequences of the robust turn in UN peace operations. **International Peacekeeping**, v. 24, n. 1, p. 108-131, 2017.

KARLSRUD, J. **The UN at War: Peace Operations in a New Era**. Cham: Palgrave Macmillan, 2018.

KENKEL, K. Five generations of peace operations: from the 'thin blue line' to 'painting a country blue'. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 56, n.1, p. 122-143, 2013.

KING, E.; MATTHEWS, R. A New Agenda for Peace: 20 Years Later. **International Journal**, v. 67, n.2, p. 275-93, 2012.

PETER, M. Peacekeeping: Resilience of an Idea. In: DE CONING, C.; PETER, M. **United Nations Peace Operations in a Changing Global Order**. Cham: Palgrave Macmillan, 2019, p. 25-44.

OSLAND, K.; PETER, M. UN peace operations in a multipolar order: Building peace through the rule of law and bottom-up approaches. **Contemporary Security Policy**, v. 42, n. 2, p. 197-210, 2021.

SOUZA, M.; MENDES, C. Building peace through the nexus between security, democracy and development: a critical assessment of the United Nations mission in Liberia. **Revista de Paz y Conflictos**, v. 13, n. 1, p. 73-98, 2020.

TULL, D. The limits and unintended consequences of UN peace enforcement: the Force Intervention Brigade in DR Congo. **International Peacekeeping**, v. 25, n. 2, p. 167-190, 2018.

UNITED NATIONS. **An Agenda for Peace: preventive diplomacy, peacemaking and peace-keeping**. A/47/277 - S/24111. New York: United Nations, 1992.

UNITED NATIONS. **Comprehensive review of the whole question of peacekeeping operations in all their aspects**. New York: United Nations, 2000. Disponível em: http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=A/55/305. Acesso em 11 abr. 2020.

UNITED NATIONS. **Uniting our Strengths for Peace – Politics, Partnership and People: Report of the High-Level Panel on Peace Operations**. A/70/95–S/2015/446. New York: United Nations, 2015. Disponível em: https://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/2015/446. Acesso em 11 abr. 2020.

UNITED NATIONS. **Improving Security of United Nations Peacekeepers: we need to change the way we are doing business**. Independent Report. 2017. Disponível em: https://peacekeeping.un.org/sites/default/files/improving_security_of_united_nations_peacekeepers_report.pdf. Acesso em 11 abr. 2020.

UNITED NATIONS. **Action for Peacekeeping: Declaration of Shared Commitments on UN Peacekeeping Operations**. New York: United Nations, 2019. Disponível em: <https://peacekeeping.un.org/sites/default/files/a4p-declaration-en.pdf>. Acesso em 11 abr. 2020.

UNITED NATIONS GENERAL ASSEMBLY. **Resolution A/RES/72/626 C (2018)**. New York: United Nations, 2018. Disponível em: <https://documents-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N18/214/76/PDF/N1821476.pdf?OpenElement>. Acesso em 28 out. 2022.

UNITED NATIONS PEACEKEEPING. **Peacekeeping Operations Fact Sheet 2019**. Disponível em: https://peacekeeping.un.org/sites/default/files/peacekeeping_factsheet_12_2019_english_3.pdf. Acesso em 15 jan. 2021.

UNITED NATIONS SECURITY COUNCIL. **Resolution 2098 (2013)**. New York: United Nations, 2013a. Disponível em: <http://unscr.com/en/resolutions/2098>. Acesso em 13 mar. 2021.

UNITED NATIONS SECURITY COUNCIL. **Resolution 2100 (2013)**. New York: United Nations, 2013b. Disponível em: https://minusma.unmissions.org/sites/default/files/mali_2100_e_.pdf. Acesso em 13 mar. 2021.

UNITED NATIONS SECURITY COUNCIL **Resolution 2149 (2014)**. New York: United Nations, 2014. Disponível em: [https://undocs.org/S/RES/2149\(2014\)](https://undocs.org/S/RES/2149(2014)). Acesso em 01 out. 2020.

UNITED NATIONS SECURITY COUNCIL. The Security Council and UN Peace Operations: Reform and Deliver. **Security Council Report**, Research Report 2, 5 mai. 2016. Disponível em: https://www.securitycouncilreport.org/atf/cf/%7B65BFCF9B-6D27-4E9C-8CD3-CF6E4FF96F-F9%7D/research_report_peace_operations_may_2016.pdf. Acesso em 21 fev. 2021.

UNITED NATIONS SECURITY COUNCIL. S/2019/262. Situation in Mali - **Report of the Se-**

cretary-General. United Nations, New York, 26 mar. 2019. Disponível em: https://minusma.unmissions.org/sites/default/files/s_2019_262_e.pdf. Acesso em: 16 mai. 2022.

UN PEACEKEEPING. **Global Peacekeeping Data**. 2020. Disponível em: <https://peacekeeping.un.org/en/data>. Acesso em 23 mar. 2021.

UPPSALA CONFLICT DATA PROGRAM. Disponível em: <https://ucdp.uu.se/>. Acesso em 15 jan. 2021.

WELSH, J. M. The Responsibility to Protect after Libya & Syria. **Dædalus: Journal of the American Academy of Arts & Sciences**, v. 145, n. 4, p. 75-87, 2016.

WILLIAMS, P. The Security Council's Peacekeeping Trilemma. **International Affairs**, v. 96, n. 2, p. 479–499, 2020.

Portanto, a posição de Taiwan e outros países que, pela renda per capita, estariam no grupo de países imperialistas, é frágil em parte pela forte dependência militar e diplomática de outros países.

A ascensão de novos polos de poder está modificando a estrutura do sistema internacional e precisa ser considerada como ficou claro com a “Declaração Conjunta” lançada em 7 de fevereiro de 2022 pela Rússia e China, propondo uma refundação da ordem mundial estabelecida desde o fim da guerra fria. Não é pouca coisa, ao contrário do que parece entender King.